

Universidade do Minho
Escola de Economia e Gestão

César Tiago Afonso Costa de Cima

**Determinantes locais e regionais do
desempenho desportivo das entidades do
Terceiro Sector: O caso dos clubes da
Associação de Futebol de Braga**



Universidade do Minho

Escola de Economia e Gestão

César Tiago Afonso Costa de Cima

**Determinantes locais e regionais do
desempenho desportivo das entidades do
Terceiro Sector: O caso dos clubes da
Associação de Futebol de Braga**

Dissertação de Mestrado
Mestrado em Economia Social

Trabalho realizado sob a orientação do
Doutor Paulo Reis Mourão

Fevereiro de 2012

É AUTORIZADA A REPRODUÇÃO INTEGRAL DESTA DISSERTAÇÃO APENAS PARA EFEITOS DE INVESTIGAÇÃO, MEDIANTE DECLARAÇÃO ESCRITA DO INTERESSADO, QUE A TAL SE COMPROMETE;

Universidade do Minho, ___/___/_____

Assinatura: _____

Agradecimentos

Em nenhum momento, ao longo da realização deste trabalho, me senti solitário.

Talvez essa seja a maior prova do excelente trabalho protagonizado pelo Professor Doutor Paulo Mourão, durante a sua orientação neste projeto de dissertação e, pelo qual, desde já expresse os meus sinceros agradecimentos.

Fico grato ao seu empenho, profissionalismo, dedicação e sobretudo disponibilidade, seja na marcação de reuniões esclarecedoras, seja na resposta às minhas dúvidas via correio electrónico, a qualquer hora do dia ou da noite, inclusive durante os fins-de-semana.

Não poderei descurar também, a ajuda fundamental dada pelo Secretário-geral da Associação de Futebol de Braga, Dr. Jorge Monteiro, que me forneceu o material necessário para a realização desta investigação.

De igual modo, uma palavra de simpatia a todos os professores que tive o privilégio de conhecer, ao longo das diversas unidades curriculares, durante o mestrado de Economia Social, no presente ano letivo. À Vice-Reitora e Professora Doutora Margarida Proença, sobretudo pelos ensinamentos no que a técnicas de investigação diz respeito, à Professora Doutora Mírio Farhangmerh e Professora Doutora Maria José Casa-Nova, pelos valores educacionais transmitidos bem como pelas respectivas formações académicas, à Professora Doutora Elvira Vieira e ao Professor Doutor Orlando Petiz, pelas discussões extremamente interessantes e enriquecedoras desenroladas nas suas aulas, não esquecendo jamais a Professora Doutora e Coordenadora da terceira edição do mestrado de Economia Social, Maria Cristina Moreira, pelo esforço demonstrado na evolução do mestrado e, sobretudo, na disponibilização da maior informação possível, no que aos alunos diz respeito, através de palestras, formações etc. Nesse sentido e para terminar, uma palavra de apreço também à Professora Marcela pelas formações em SPSS.

A todos, um muito obrigado!

“Determinantes locais e regionais do desempenho desportivo das entidades do Terceiro Sector: O caso dos clubes da Associação de Futebol de Braga”

Resumo

O rendimento das equipas de futebol amadoras é influenciado por fatores locais e regionais diferentes daqueles que influenciam as equipas profissionais.

Nesta investigação, pretende-se identificar as determinantes do desempenho desportivo e da sustentabilidade das organizações desportivas não lucrativas.

Dada a limitação de estudos existentes sobre a temática em questão, no que concerne a equipas de futebol amadoras, foca-se inicialmente esta abordagem numa revisão de estudos realizados sobre equipas de futebol profissionais. Posteriormente tenta-se adequar esta realidade a um contexto amador, identificando as condicionantes da competitividade das organizações desportivas não lucrativas.

Para facilitar o entendimento do estudo de caso deste trabalho (as equipas de futebol amador, da Divisão de Honra, da Associação de Futebol de Braga), considerou-se pertinente apresentar uma breve descrição e caracterização da Associação de Futebol de Braga. De igual modo, enfatiza-se à análise da regulamentação do futebol amador em Portugal.

No estudo empírico, utilizando técnicas de dados em painel, conclui-se que os resultados das equipas de futebol sem fins lucrativos dependem dos mercados locais específicos e do ambiente institucional das organizações sem fins lucrativos.

“Local and regional determinants of sports performance of Third Sector entities: the case study of clubs in the Braga Football Association”

Abstract

Amateur soccer teams are influenced by different local and regional factors than are Professional soccer teams.

This research is intended to identify the determinants of sports performance and the sustainability of non-profit sports organizations.

Given the limitations of the existing studies regarding the amateur soccer teams, this approach, initially, will be focus on a studies review about the professional soccer teams. Later, attempts to fit this reality to an amateur context, identifying the determinants of competitiveness of non-profit sports organizations.

To facilitate the understanding of the case study of this work (the amateur football teams on the Division Honor of Braga Football Association), will be presented a brief description and characterization of the Braga Football Association. Similarly, will be given a special emphasis of the regulation of amateur football in Portugal.

In the empirical study, using panel data techniques, it follows that the outcomes of non-profit soccer teams depend on specific local markets and on the institutional environments of non-profit organizations.

Índice

Agradecimentos	iii
Resumo	v
Abstract	vii
Índice de Tabelas	xi
Índice de Figuras	xiii
Lista de Abreviaturas e Siglas	xv
1- Introdução	1
2- Determinantes do desempenho desportivo das equipas profissionais – uma revisão de literatura	3
3- A competitividade das equipas desportivas não lucrativas	7
3.1- A competitividade – uma revisão de literatura	7
3.2- A competitividade a nível geográfico	11
3.2.1- O caso português: interior vs litoral	12
3.3- Determinantes da competitividade das equipas desportivas não lucrativas	15
3.3.1- Condições socioeconómicas do desenvolvimento e sustentabilidade dos clubes desportivos	17
3.4- Como medir a competitividade das equipas desportivas não lucrativas	19
4- O campeonato principal da Associação de Futebol de Braga	21
4.1- Descrição da Associação de Futebol de Braga	21
4.2- Caracterização do formato da Divisão de Honra da Associação de Futebol de Braga	22
4.3- Factos e estatísticas	23
5- O futebol amador em Portugal	27
5.1- Procedimentos legais de constituição e registo dos clubes amadores ..	27
5.2- Normas das Associações: O caso da Associação de Futebol de Braga ..	28
5.2.1- Filiação de clubes	29
5.2.2- Jogadores	29
5.2.3 – Recintos desportivos	31
5.3 - Composição de associados dos clubes amadores	31
5.4 – Os clubes de futebol amador e a sua classificação como entidades do 3º setor	33
5.5 – Composição dos plantéis dos clubes amadores	35
5.6 – O futebol amador no resto da Europa e no Mundo	37

6- Modelo, dados e resultados.....	39
6.1-Dados e resultados.....	40
7- Implicações práticas dos resultados.....	50
8- Conclusão.....	53
Bibliografia.....	55
Anexos.....	63
Anexo A1 Resultados, discussões e comentários complementares.....	65
A1.1. Discussões e comentários.....	66
Anexo A.2. Classificações finais da Divisão de Honra da Associação de Futebol de Braga (pontos por época e pontos por jogo).....	69
A2.1. Época 2000/01.....	69
A2.2. Época 2001/02.....	69
A2.3. Época 2002/03.....	70
A2.4. Época 2003/04.....	70
A2.5. Época 2004/05.....	71
A2.6. Época 2005/06.....	71
A2.7. Época 2006/07.....	72
A2.8. Época 2007/08.....	72
A2.9. Época 2008/09.....	72
A2.10. Época 2009/10.....	73
Anexo A.3. Classificações finais da Divisão de Honra da Associação de Futebol de Braga (total de pontos por concelho).....	75
A3.1. Época 2000/01-2009/10.....	75

Índice de Tabelas

Tabela I - Percentagem de jogadores nacionais e estrangeiros a atuar na Divisão de Honra da Associação de Futebol de Braga.....	36
Tabela II - Estatísticas Descritivas	41
Tabela III - Resultados (variável dependente: pontos de todos os clubes de cada município no final de uma temporada regular)	42
Tabela IV - Resultados (variável dependente: pontos por jogo de todos os clubes de cada município no final de uma temporada regular)	43
Tabela V – Tabela ilustrativa	47
Tabela VI -Sistema de equações simultâneas (estimado pela 3SLS) [variáveis endógenas: pontos; número de clubes do mesmo município; população jovem (%); Variáveis exógenas: população residente; número de desempregados; volume de dinheiro depositado, homens, e população envelhecida].....	48
Tabela VII - Sistema de equações simultâneas (estimado pela 3SLS) [variáveis endógenas: pontos por jogo; número de clubes do mesmo município; população jovem (%); Variáveis exógenas: população residente; número de desempregados; volume de dinheiro depositado, homens e população envelhecida]	45
Tabela A1.I - Resultados (variável dependente: concentração de pontos no município no final de uma temporada regular)	65
Tabela A1.II - Resultados (variável dependente: pontos médios por equipa por município no final de uma temporada regular)	65
Tabela A1.III - Resultados (variável dependente: concentração de pontos médios por equipa do município no final de uma temporada regular).....	66
Tabela A2.I - Total de pontos e pontos por jogo, por concelho, na época 2000/01	69
Tabela A2.II - Total de pontos e pontos por jogo, por concelho, na época 2001/02	69
Tabela A2.III - Total de pontos e pontos por jogo, por concelho, na época 2002/03	70
Tabela A2.IV - Total de pontos e pontos por jogo, por concelho, na época 2003/04	70
Tabela A2.V - Total de pontos e pontos por jogo, por concelho, na época 2004/05	71

Tabela A2.VI - Total de pontos e pontos por jogo, por concelho, na época 2005/06	71
Tabela A2.VII - Total de pontos e pontos por jogo, por concelho, na época 2006/07	72
Tabela A2.VIII - Total de pontos e pontos por jogo, por concelho, na época 2007/08	72
Tabela A2.IX - Total de pontos e pontos por jogo, por concelho, na época 2008/09	73
Tabela A2.X - Total de pontos e pontos por jogo, por concelho, na época 2009/10	73
Tabela A3.I - Total de pontos por concelho entre as épocas 2000/01 e 2009/10.....	75

Índice de Figuras

Figura 1 - Número de equipas por concelho, que participaram no principal divisão de futebol de Braga entre as épocas de 2000/01 e 2009/10.....	24
Figura 2 - Percentagem de equipas por concelho, que participaram no principal divisão de futebol de Braga entre as épocas de 2000/01 e 2009/10.....	25
Figura 3 - Distribuição das associações inquiridas por situação financeira no final de 2006.....	34

Lista de Abreviaturas e Siglas

3SLS	Three-stage least squares
AFB	Associação de Futebol de Braga
AG	Assembleia Geral
AGs	Assembleias Gerais
CPCCRD	Confederação Portuguesa das Coletividades de Cultura Recreio e Desporto
DH	Divisão de Honra
EUA	Estados Unidos da América
FPF	Federação Portuguesa de Futebol
INE	Instituto Nacional de Estatísticas
MASL	Minnesota Amateur Soccer Association
MAS	Minnesota Soccer Association
NBA	National Basketball Association
NHL	National Hockey League
NFL	National Football League
PME	Pequena e Média Empresa
USASA	United States Adult Soccer Association

1- Introdução

O interesse na relação entre desenvolvimento socioeconómico e equipas de futebol tem aumentado no seio dos cientistas sociais. Fatores como a dimensão populacional (Mourão e Colonna, 2011) ou o número de equipas presentes numa região (Breuer, 2009) podem condicionar fortemente o rendimento de uma determinada coletividade desportiva.

No entanto, os estudos existentes focam-se essencialmente no âmbito nacional e em momentos muito particulares. De igual modo, a literatura existente centra-se principalmente nos desportos profissionais.

Neste estudo, foca-se a dimensão não lucrativa do desporto. Assim, salienta-se com especial atenção as dimensões que habitualmente não são consideradas pertinentes para os desportos profissionais, tais como o papel das instituições, a dinâmica local ou a cultura de participação associativa. No entanto, considerou-se pertinente, em primeiro lugar, abordar os determinantes do desempenho desportivo das equipas profissionais. Deste modo, poder-se-á adequar esta realidade profissional a uma realidade amadora, combatendo desta forma a carência de estudos existentes no contexto do desporto amador.

Num fim-de-semana em Portugal, para cada jogo disputado entre duas equipas de futebol profissional, há cerca de trinta jogos (oficiais) disputados entre as equipas amadoras. O número de jogadores, dirigentes, árbitros ou treinadores envolvidos é proporcional ao número de partidas. No entanto, quando nos focamos no valor agregado, valor calculado das despesas ou o número de fãs presentes em cada partida, não encontramos essa proporcionalidade. Na verdade, muitas vezes há uma relação inversa porque as equipas amadoras são caracterizadas pelo seu baixo nível de custos e por disputarem os seus jogos em locais que apenas têm capacidade para albergar pequenas audiências.

Embora a literatura existente sobre a sustentabilidade financeira e a competitividade das equipas de desportos profissionais seja substancial, também, nesse aspeto, têm havido poucos estudos sobre o desporto amador e sem fins lucrativos. Tal fato motiva, mais uma vez, uma adaptação dos estudos revistos neste trabalho, que retratam um contexto desportivo profissional, a um contexto desportivo amador. Portanto, neste trabalho pretende-se analisar os

determinantes da sustentabilidade e da competitividade das equipas de futebol amador e sem fins lucrativos, estudando o caso da Divisão de Honra (DH) da Associação de futebol de Braga (AFB).

Nesse sentido, nesta abordagem empírica serão realizados um conjunto de testes sobre várias hipóteses testadas (criadas com base na revisão de literatura apresentada neste estudo), sobre como as condições económicas e as instituições locais influenciam a competitividade dessas equipas de futebol sem fins lucrativos.

Esta investigação está estruturada em 8 secções. A secção 2 contém uma revisão da literatura relacionada com os fatores envolvidos na competitividade das equipas desportivas profissionais. Na secção 3 abordar-se a questão da competitividade, onde é analisado o papel dos determinantes específicos da competitividade das equipas de futebol sem fins lucrativos, dando especial ênfase ao caso português. A secção 4 apresenta uma breve descrição da DH da AFB, ao passo que a secção 5 esboça um retrato da realidade do futebol amador em Portugal, no que concerne a normas de constituição e aspetos legais. Na secção 6 discute-se o modelo econométrico, os dados e respectivas análises e debatem-se os resultados. Na secção 7 apresentam-se as implicações práticas dos resultados, ao passo que na secção 8 são expostas as conclusões.

2- Determinantes do desempenho desportivo das equipas profissionais – uma revisão de literatura

Segundo as teorias clássicas o desenvolvimento regional exerce uma influência exógena, por meio de encadeamentos, sobre as atividades económicas e sobre a sociedade (Oliveira e Lima 2003).

Uma das atividades atingidas por essas influências é a atividade desportiva. As modalidades desportivas mais dispendiosas e os clubes mais ambiciosos e mais poderosos necessitam de um conjunto de infraestruturas e apoios que sustentem a sua atividade (Mourão 2010).

Esse tipo de infraestruturas e apoios só poderão ser encontrados em locais com fortes índices de desenvolvimento.

Neste âmbito, Coates e Humphreys (2008) destacaram a importância dos subsídios como possível factor de mobilização dos clubes desportivos, realçando o exemplo da mudança de cidade protagonizada na NBA (*National Basketball Association*), pelos Seattle Supersonics.

Os Seattle Supersonics estavam insatisfeitos com a sua antiga casa, KeyArena, e procuraram convencer os responsáveis da cidade de Seattle a construir um novo pavilhão. Os responsáveis pela análise do pedido entenderam não conceder um novo pavilhão à equipa, o que levou ao rompimento de contrato entre a equipa e a cidade.

Foi neste contexto que Oklahoma City decidiu atrair a equipa com a promessa de subsidiar novas infraestruturas com 100 milhões de dólares, mais 20 milhões para construir um centro de treino. Essa oferta convenceu os responsáveis da equipa, outrora de Seattle, a mudar-se para a nova cidade.

Hoffman, Ging, Matheson e Ramasamy (2003) defendem também que um grau de desenvolvimento maior está interligado com a existência de melhores infraestruturas, assim como de maiores incentivos financeiros à prática desportiva.

Autores como Downward e Dawson (1999) acrescentam a importância de padrões de escolarização e hábitos de consumo no desporto como fatores de desenvolvimento desportivo, ao passo que Gartner e Pommerehne (1978) destacam a importância da contextualização socioeconómica.

Sobre a importância das instituições, Eric Besson (2008) refere a relevância de uma boa regulação desportiva, sem incertezas jurídicas, com o

propósito de transmissão de uma boa imagem, reforçando desta forma a atratividade do campeonato.

Se estes efeitos se evidenciam na atividade desportiva em geral, mais se evidenciarão numa atividade como o futebol, que, segundo Halicioglu (2006), sendo o desporto coletivo mais praticado no mundo, é também um dos que movimenta mais dinheiro na sua totalidade.

O futebol português pode ser contextualizado nesta realidade. Segundo um artigo publicado no jornal Público em 29/12/2010 por Marco Vaza, intitulado "Portugal ainda é quase um país só de futebol", o futebol é de longe o desporto mais praticado em Portugal, tendo quase um terço dos desportistas federados, e é também o que movimenta mais dinheiro.

No entanto muitas das ligas de futebol locais e regionais de Portugal são constituídas por equipas amadoras. Essas equipas são organizações sem fins lucrativos, que focam a sua atividade no desenvolvimento do desporto local e na promoção de espaços de prática desportiva para os seus associados. Portanto, podemos considerar que estas equipas pertencem ao terceiro sector¹.

Partindo para uma análise mais profunda das finanças do futebol, segundo Mourão (2005), os custos das equipas de futebol são maiores ou menores em função da divisão em que militam. Estes padrões de custos são compostos por remunerações, manutenções de infraestruturas, deslocações de pessoal e pretensões de investimento. No que respeita aos financiamentos, estes podem assumir a forma de receitas de bilheteira, transferências operadas pelo Estado, patrocínios, quotizações dos associados, venda de património, práticas de *merchandising*, ou o recurso ao endividamento bancário.

Em relação às receitas de bilheteira Leonard (2005), definiu dois fatores que condicionam uma maior ou menor dimensão desta variável. O autor adaptou a sua abordagem ao "modelo da gravitação das ciências sociais", que postula que existe uma força de atração entre dois lugares, atenuado pelo custo de interação, entre os mesmos dois lugares. Estes custos de interação são uma função de distância física entre as duas equipas, a proximidade de outras atrações turísticas, o interesse do jogo e a qualidade do adversário.

¹ Na secção seguinte, será explicada a razão pela qual se consideram os clubes de futebol amadores, que foram observados, entidades pertencentes ao terceiro sector.

Price e Sen (2003) em estudos realizados sobre futebol americano universitário, concluíram que a qualidade de ambas as equipas, o espírito de rivalidade existente e o fato de serem da mesma conferência², influenciam positivamente a audiência do jogo permitindo desta forma uma maior receita por parte dos clubes.

Para além disso, e de acordo com Breuer (2009), a procura de bilhetes para um jogo de futebol aumenta consoante aumente o número de equipas dessa cidade, numa mesma divisão, reforçando-se mais uma vez, a importância da rivalidade das equipas como forma de impulso da atividade desportiva.

Já Downward e Dawson (1999) defendem que os fatores responsáveis pela procura dos jogos de uma determinada equipa, se dividem em dois grupos: os fatores desportivos e os fatores económicos. Como fatores desportivos, tem-se a qualidade das equipas, a eventualidade do jogo ser alvo de transmissão televisiva, as condições atmosféricas e a incerteza do resultado. Em relação aos fatores económicos, destacam-se o meio envolvente da equipa, a capacidade de poder de compra da população e os preços dos bilhetes. Ora, se parte substancial das receitas dos clubes derivam das receitas de bilheteira e estas dependem da capacidade de poder de compra da população, começa a ficar bem explícito que, "...apoiantes ou áreas "mais ricas" poderão potencializar maiores assistências e maiores receitas" (Mourão 2005:35).

Relembrando a teoria dos lugares centrais de Christaller (1933), é o nível de procura desenvolvido num determinado centro que vai determinar a sua importância e posteriormente o seu crescimento.

Vasquez-Barquero (1995) acrescenta que o desenvolvimento económico também tem uma dimensão espacial relevante, acrescentando que cada localidade e região são produto da sua história. O caso do futebol português evidencia claramente esta realidade. Benfica, Porto e Sporting são as principais equipas do nosso campeonato, inserindo-se precisamente nas duas regiões mais desenvolvidas do país e com mais procura e história futebolística (Mourão 2005).

² Dada a grande dimensão do país, o desporto nos Estados Unidos está organizado por conferências. Desta forma, as equipas jogam unicamente, ou um maior número de vezes, contra equipas sediadas na mesma área geográfica.

Convocando de novo Mourão (2004), as regiões com um nível de desenvolvimento mais elevado situam-se numa estreita faixa litoral. É precisamente nessas zonas, que se situam as coletividades que têm sustentado, com mais frequência, a 1ª divisão portuguesa de futebol profissional desde o seu nascimento, até aos dias de hoje.

De acordo com Viseu *et al.* (2002) o desenvolvimento desportivo é significativamente influenciado pelas condições específicas que afetam o acesso ao desporto. Os autores relatam que para promover o acesso ao desporto é necessário avaliar o mercado desportivo, o número de praticantes atuais e futuros, a procura atual e futura de serviços desportivos e a necessidade atual e futura de espaços desportivos para a população.

Schemel (1999) acrescenta outro tipo de fatores a ter em conta no planeamento de instalações desportivas, tais como: as redes de ligações rodoviárias e acessibilidade, fatores de interferência e a necessidade de proteção das imediações.

De acordo com Luís Cunha (1989)³, Lisboa e Porto são os distritos mais desenvolvidos a este respeito. Por outro lado mais de metade dos distritos nacionais apresentam lacunas a este respeito, sendo os casos mais dramáticos: Bragança, Beja e Portalegre. Deste modo e dada a maior qualidade das principais equipas de Lisboa e Porto em comparação com as dos Distritos referidos anteriormente fica, mais uma vez, patente a relação entre desenvolvimento regional e desenvolvimento desportivo.

A pesquisa até então analisada centra-se nos desportos profissionais e postula um conjunto de determinantes e fatores socioeconómicos, que possam contribuir para uma maior presença de desportos nos concelhos locais. Consequentemente, esses fatores podem levar a um aumento da competitividade desses concelhos.

Fatores tais como os subsídios concedidos a clubes locais, a existência de infraestruturas de qualidade, boas práticas organizacionais e hábitos de consumo e/ou poder aquisitivo, são susceptíveis de reforçar a qualidade do desempenho do desporto profissional.

³ CUNHA, L. (1997); "Espaço e o Desporto – Estudo de Acessibilidade ao Desporto na Sub-Região do Vale do Tejo – Constituição de um Modelo de Análise", Dissertação de Doutoramento, Faculdade de Motricidade Humana.

No entanto, Downward e Dawson (1999), Hoffmann, Ching, Ramasamy, Matheson (2003) e Mourão (2005), incidiram os seus estudos nas equipas de futebol mais caras. Neste trabalho, estuda-se quais os determinantes socioeconómicos do desempenho desportivo das equipas de futebol sem fins lucrativos e a sua respectiva importância. Portanto, terá de ser dado um foco especial às organizações sem fins lucrativos e às instituições que influenciam as ações dessas mesmas organizações. A próxima secção discute este assunto, enfatizando a questão da competitividade das equipas de futebol não lucrativas.

3- A competitividade das equipas desportivas não lucrativas

3.1- A competitividade – uma revisão de literatura

De acordo com Paula, Villavicencio e Ferreira (2007) o ser humano tem sido caracterizado, ao longo da história das ciências sociais, pelos elevados índices competitivos demonstrados por si nas diversas áreas de atividade do seu quotidiano, sobretudo nos últimos anos, na área empresarial.

As pessoas foram desenvolvendo o interesse na busca do lucro máximo e em como poderiam ganhar vantagens competitivas face aos seus adversários. O esgotamento de alguns recursos naturais escassos e o relevo que a vida empresarial tem ganho, são igualmente fatores que têm contribuído para aumentar o interesse de estudos sobre competitividade (Webster e Muller, 2000).

Na investigação académica, as múltiplas facetas dão origem a abordagens distintas no estudo da competitividade (Ferreira e Serra 2010). Autores como Porter (1990, 2000) decidiram incidir os seus estudos sobre a produtividade e os custos dos fatores. Teece (1987), Kogut e Zander (1993) focaram a sua atenção na competitividade empresarial, ao passo que Nelson (1993), Patel e Pavitt (1994) preocuparam-se com o estudo sobre as análises institucionais e os sistemas de inovação nacionais. Neste estudo em concreto, pretendemos analisar a competitividade desportiva das associações desportivas não lucrativas.

Apesar da diversidade de abordagens no que diz respeito ao estudo da competitividade, segundo Ferreira e Serra (2010) ambas parecem procurar a

identificação de um modelo global. Nesse sentido, em primeira lugar, importa perceber o que se entende por competitividade, para posteriormente se identificarem os aspetos comuns.

Para Fagerberg (1996) a competitividade analisa-se segundo fatores estruturais, tais como a produtividade, as competências e o binómio “conhecimento” e “inovação”. Nesta lógica, a entrada em atividades de maior valor acrescentado constrói uma base tecnológica nacional que pode promover melhores termos de troca para o comércio internacional. Neste contexto, a perda de atratividade, ou de capacidade competitiva de certos sectores e indústrias significa, efetivamente, uma mudança para atividades mais bem remuneradas (Ferreira e Serra, 2010).

Farina (1999:149) define competitividade como *“a capacidade sustentável de sobreviver e, de preferência, crescer em mercados concorrentes ou novos mercados. A sustentabilidade implica que essa posição seja consistente com a realização de lucros não negativos.”*

Já de acordo com Chudnovsky e Porta (1990) existem duas formas de definir competitividade: a microeconómica e a macroeconómica. Na abordagem microeconómica agrupam-se as definições centradas na empresa, que associam a competitividade com a *“capacidade de planear, produzir e vender um produto face aos seus concorrentes”*. Na abordagem macroeconómica, a competitividade pode entender-se como *“a capacidade das economias nacionais para alcançar certos resultados económicos, em alguns casos relacionados estritamente com o comércio internacional, e em outros casos mais amplos, com o melhor nível de vida e de bem-estar social”* (Chudnovsky e Porta, 1990:8).

Ferreira e Serra (2010) acrescentam um aspeto muito interessante ao conceito de competitividade. Para os autores a aprendizagem assume um papel fundamental no possível aumento de competitividade por parte das empresas. Para evoluir é preciso inovar e para inovar é necessário apreender novos conhecimentos, ou seja, a aprendizagem reflete-se na capacidade de identificar, avaliar e absorver conhecimento (Lane e Lubatkin, 1998; Cohen e Levinthal, 1990). Esta inovação não precisa de ser aplicada em todas as áreas, basta apenas que incida sobre as áreas que têm o *“potencial de gerar uma vantagem competitiva sustentável a longo prazo”* (Ferreira e Serra, 2010:18).

Já Borozan (2008), seguindo a definição de competitividade presente em alguns dicionários, considera que competitividade é a capacidade de competir de uma forma bem sucedida ao longo do tempo. Esta competição implica naturalmente a existência de concorrência e conseqüentemente a existência de vencedores e perdedores. Deste modo as localidades mais atrasadas acabam por entrar num círculo de desvantagens competitivas de longo prazo, não podendo, desta forma, tornarem-se competitivas.

Esta definição remete-nos para a questão das chamadas hipóteses de convergência, nomeadamente a então denominada “convergência clube”. Segundo Coelho e Figueiredo (2007) este tipo de convergência acontece quando os rendimentos *per capita* de duas economias quaisquer tenderem para um mesmo nível de longo prazo, unicamente se essas partilharem das mesmas características estruturais e ao mesmo tempo, possuírem condições iniciais semelhantes. Sendo assim, as localidades que inicialmente se apresentem mais atrasadas não conseguiram competir com as que apresentarem um nível mais elevado de desenvolvimento.

Porém Borozan (2008:51) defende também que “*a competitividade é um termo multidimensional que deve ser considerado ao longo do tempo*” e que por este motivo seria inadequado considerá-lo unicamente através de medidas quantitativas de eficiência. Desta forma, segundo o autor, deve ser atribuída à competitividade uma importância estratégica e uma dimensão temporária, pois o mais importante é o potencial de uma área, ou de uma organização em obter um melhor desempenho económico face a outra. Ou seja, uma área pode ser relativamente pobre mas ter uma política inovadora e criativa que a torne competitiva.

Já este ponto de vista remete-nos para outro tipo de convergência, a convergência condicional. Este tipo de convergência acontece quando duas economias, com características estruturais comuns, (mesmas preferências tecnológicas, taxas de crescimento populacional, políticas públicas, etc.) tenderem no longo prazo para o mesmo nível de rendimento *per capita*, independentemente das suas condições iniciais. Isto é, o facto de uma determinada área se encontrar pouco desenvolvida não implica necessariamente que não se desenvolverá no futuro; muito pelo contrário, tal

como referido por Coelho e Figueiredo (2007) as economias tenderão a crescer mais rapidamente, quanto mais distantes estiverem do seu estado estacionário.

Perante estas cinco visões [Fagerberg (1996); Farina (1999); Chudnovsky e Porta (1990); Ferreira e Serra (2010) e Borozan (2008)] facilmente se identificam alguns aspetos em comum na definição de competitividade, nomeadamente a procura da máxima produtividade e conseqüente lucro. No entanto, apesar de ser possível a identificação de um modelo global, o conceito de competitividade pode ser encarado de diversas formas.

Segundo Haguener (1989) existem diversos conceitos de competitividade e estes podem ser agrupados de duas formas:

- *Competitividade como desempenho*, onde a competitividade se expressa, de alguma forma, numa quota de mercado que alcança uma empresa num mercado e num determinado momento. A participação das exportações da empresa, ou o grupo de empresas (indústria) no total do comércio internacional de mercadorias são os indicadores mais imediatos na questão da competitividade internacional.

- *Competitividade como eficiência*, onde a competitividade se reflete numa relação matéria-prima/produto, mais propriamente, a capacidade da empresa em transformar matérias-primas em produtos com rendimento máximo. Assim, a competitividade está associada com a capacidade de uma empresa ou indústria produzir bens com maior eficiência que os seus concorrentes no que diz respeito a preços, qualidade (ou relação qualidade/preço), tecnologia, salários e produtividade.

Quer num caso quer noutro, encontra-se fortemente presente a importância da questão financeira. Assim poderemos considerar que estas definições de competitividade se enquadram mais no âmbito das organizações lucrativas e não no âmbito das organizações não lucrativas. O contexto nacional e internacional para o qual estas definições nos remetem reforça esta conclusão.

Sendo assim, é então necessário explicar de que forma poderemos determinar e medir a competitividade das associações não lucrativas (que será feito na subsecção 3.3 e 3.4). Mas, em primeiro lugar, importa fazer uma breve contextualização da competitividade em termos geográficos, de modo a

percebermos quais os determinantes da competitividade das cidades capitais de distrito, do nosso país.

3.2- A competitividade a nível geográfico

Atualmente, é cada vez mais importante para qualquer entidade estar a par das inovações tecnológicas e científicas, como forma, de estas entidades se manterem competitivas no mercado. Tal como referido por Mourão e Barbosa (2009) estas novas tecnologias podem desencadear fatores de competitividade, tais como o aumento da produtividade ou a redução dos custos de produção.

Isto associado à crescente industrialização e internacionalização da mesma, e da elevada taxa de desemprego na Europa, leva a que, segundo Mayerhofer (2005), existam cada vez mais preocupações acentuadas sobre a concorrência entre as regiões e as cidades, e as respetivas consequências para o desenvolvimento dos padrões económicos e sociais.

Perante esta realidade muitos cientistas sociais têm procurado explicar de que forma as regiões⁴ se poderão tornar mais competitivas.

Assim Deichmann e Lall (2010), baseando-se em estudos de Hirschman (1958), Nurkse (1953) e Nadiri (1970), referem que as infraestruturas são um bem público intermediário que desempenha um papel ativo na produção. Deste modo, segundo os autores, existem três motivos que fazem com que o aumento de capital fixo, nomeadamente de infraestruturas, conduza a um aumento de produtividade das empresas e desta forma, a uma maior atração de novas empresas para a região. Em primeiro lugar, melhores infraestruturas possibilitam melhores acessos a mercados internos e menos tempo de deslocação para os portos marítimos o que aumenta a atratividade para investimentos externos. Em segundo, a existência de serviços de infraestruturas locais (estradas municipais, iluminação pública, abastecimento de água e de drenagem) tem um efeito positivo na capacidade da atração de investimento estrangeiro por parte da cidade. Em terceiro, a oferta de infraestruturas locais permite mais facilmente a obtenção de receitas por meio de impostos locais e taxas de utilização.

⁴ Quando se fala em região pode considerar-se num contexto macroeconómico os países e num contexto micro económico as cidades.

Para além da importância das infraestruturas, Webster e Muller (2000) acrescentam que existem outros fatores a considerar na avaliação da competitividade, são eles: as condições geográficas, a localização, as infraestruturas, os recursos naturais, a qualidade da educação e da formação, o custo de vida, a cultura institucional e a imagem da região.

Para Cadima e Pinto (2011) uma das formas de aumentar a competitividade passa pelo “*estabelecimento de redes de cooperação*”. Para que estas redes de cooperação sejam eficazes é importante que as suas vantagens superem os seus custos de constituição e angariação de elementos. Só assim se poderão superar as dificuldades comuns e atingir o sucesso esperado.

Apesar das semelhanças existentes em algumas opiniões dos autores revistos nesta secção, elas apenas expressam uma ideia generalista do que pode ser feito para aumentar a competitividade de uma região. No entanto, todos os países e respetivas cidades apresentam características distintas e, sendo assim, têm de ser analisados de uma forma mais específica e pormenorizada. Por isso mesmo, na próxima secção foca-se esta abordagem no exemplo português, no que se refere às diferenças de competitividade entre as regiões, nomeadamente o interior e o litoral.

3.2.1- O caso português: interior vs. litoral

Apesar dos trabalhos alternativos que focam a dicotomia regional entre Norte e Sul ou entre zonas rurais e urbanas dos países, a relevância estruturante das análises privilegia o estudo do interior face ao litoral porque a divergência dos diversos indicadores é mais clara (Mourão e Barbosa, 2009). Será essencialmente à luz destes dois autores que conduziremos esta subsecção.

Convocando de novo Mourão e Barbosa (2009), no nosso país existe uma grande diferença entre a competitividade no litoral e no interior cuja imagem tradicional favorece o primeiro espaço.

Importa então perceber o que leva a que o litoral português seja mais competitivo que o interior e de que forma o interior poderá desenvolver-se e alcançar melhores resultados no futuro.

De acordo com Mendes (1999), Carvalho e Sequeira (1999) os fatores que estão na base das diferenças de competitividade entre as regiões são: o clima, a criminalidade, o desemprego, a habitação, a mobilidade, o património, o poder de compra, a poluição e os serviços.

Ao fazer a análise destas dimensões nas capitais de distrito do nosso país, os autores perceberam que as cidades do litoral apresentam vantagens absolutas em termos de desemprego, poder de compra e clima, ao passo que as cidades do interior têm vantagens relativas em termos de património, mobilidade e serviços.

Algumas das dimensões (os serviços, o poder de compra, o património) consideradas por Mendes (1999), por Carvalho e por Sequeira (1999) remetem para a ideia de poder de compra como forma de otimizar a competitividade.

Como neste estudo o que se pretende é analisar as instituições não lucrativas desportivas sediadas em Braga, torna-se necessário identificar quais os determinantes da competitividade do cidade de Braga.

A cidade de Braga, capital do Distrito de Braga (distrito analisado neste trabalho) apresenta como pontos fortes, no estudo realizado por Mendes (1999), Carvalho e Sequeira (1999), o clima, a habitação, a mobilidade e o desemprego. Porém dentro do próprio Distrito de Braga pode-se encontrar diferenças entre os 14 municípios que dele fazem parte.

A principal diferença entre os diversos concelhos de Braga está relacionada com o elevado número de áreas rurais existentes em alguns municípios. São exemplos os concelhos de Amares, Vila Verde, Cabeceiras de Basto, Vieira do Minho ou Terras de Bouro.

Tal como exposto por Magalhães *et al* (2001) a referência a zonas rurais remete naturalmente para a ideia de baixa densidade. Esta baixa densidade existe não só a nível demográfico mas também no que diz respeito a uma outra série de dimensões, seja a nível institucional (pequeno número de entidades com responsabilidades e competências para o desenvolvimento local), relacional (pequeno número e variedade de pessoas e instituições para interagir), ocupacional (poucas oportunidades de trabalho e normalmente concentradas na agricultura) e económica (pouca oportunidades de valorização no mercado de pequena produção local). Sendo assim pode-se considerar uma nova dimensão na mensuração da competitividade geográfica: a densidade

populacional. Ou seja, as zonas caracterizadas por uma maior ruralidade terão menos propensão para se tornarem competitivas que as zonas industrializadas dada a sua pequena densidade populacional.

Tal como já referido anteriormente, Prouteau e Wolf (2002) concluem que existe maior probabilidade em encontrar associações não lucrativas nas pequenas cidades e nas zonas rurais. Sendo assim, para se perceber como é que as associações desportivas não lucrativas podem ou não ser competitivas, interessa saber de que forma as zonas rurais se podem tornar mais competitivas e de que forma podem alcançar vantagens competitivas no mercado.

Segundo a “*The Cork Declaration*” (1996) (Declaração de Cork) é preciso estabelecerem-se estratégias que “*promovam, de todas as formas possíveis, a construção de uma capacidade local para o desenvolvimento das áreas rurais e, em particular iniciativas de base privada e comunitária que estão bem integradas nos mercados globais*”.

De acordo com Dinis (2004) para as zonas rurais se desenvolverem é de extrema importância não só a exploração racional e sustentável dos recursos locais, como a capacidade de gerar internamente projetos empresariais e criar condições de transformação das suas próprias estruturas produtivas. Também é necessária a capacidade de alcançar vantagens competitivas na economia global e na conquista de novos mercados. Ou seja as PME (pequenas e médias empresas) que resultem da iniciativa local devem ser vistas como os principais agentes do desenvolvimento económico local/regional (Dinis 2004).

No entanto, as perspetivas de desenvolvimento das áreas rurais no nosso país não são as melhores. Em Portugal existe uma maior tendência para a concentração populacional nas áreas do litoral e maior parte das áreas rurais situam-se no interior. Segundo um estudo sobre “*As perspetivas de Urbanização Mundial*” (Nações Unidas 2001) citado por Dinis (2004), em 2015 mais de 45% da população portuguesa vai viver nas proximidades de Lisboa e 24% na área metropolitana do Porto. Refira-se que, neste aspecto, Portugal está, comparativamente com outros países da Europa, num dos casos mais extremos de excessiva concentração em grandes áreas urbanas e, conseqüentemente, de maior desertificação das suas áreas rurais. Neste sentido, ainda segundo Dinis (2004), o futuro do interior do nosso país,

nomeadamente das áreas rurais, poderá estar comprometido e será necessária uma reflexão profunda sobre que tipo de estratégias adotar para se inverter esta situação.

Nesta subsecção procurou-se entender os determinantes da competitividade geográfica, bem como entender de que forma as zonas com menor competitividade se poderiam desenvolver e ganhar vantagens competitivas. No Distrito de Braga podemos encontrar concelhos mais desenvolvidos e alguns caracterizados pela presença de zonas mais rurais. Sendo assim, interessa entender se as equipas de futebol sediadas nos concelhos menos desenvolvidos são também aquelas que apresentam menor competitividade, ou, se existem outros fatores que condicionam essa mesma competitividade.

Nesse sentido, nas próximas subsecções tentar-se-á demonstrar quais os determinantes da competitividade das equipas desportivas não lucrativas e como medir essa competitividade.

3.3- Determinantes da competitividade das equipas desportivas não lucrativas

Todas as entidades consideradas neste estudo (clubes de futebol da DH da AFB) podem ser consideradas como instituições sem fins lucrativos (Chaves e Monzon, 2001). Embora as atividades dessas entidades sejam de base local e regional, elas contam com a participação de voluntários e promovem o desenvolvimento social e regional e a gestão democrática.

Segundo Chaves e Monzon (2001), todos os clubes desportivos locais estão cientes dos problemas que a maioria das instituições sem fins lucrativos se confronta diariamente.

- Os seus gestores trabalham visando objetivos sociais orientados, em vez de objetivarem as suas práticas para fins lucrativos. Por exemplo eles tentam organizar as equipas numa ótica de exibição desportiva para o público local, em vez de terem como principal preocupação a maximização dos lucros.

- Eles são baseados em associados que avaliam o seu desempenho, através de votos nas Assembleias-Gerais (AGs) convocadas para esse fim.

- A maioria dos seus “empregados” (gestores, jogadores de futebol e treinadores) participa de forma voluntária e recebem uma compensação irregular, em forma de prémio em dinheiro, pela sua participação.

Mourão e Colonna (2011), num estudo realizado sobre irmandades religiosas em Lisboa e Lima, observaram que os lugares socialmente mais heterogéneos e fortemente caracterizados por uma tradição associativa apresentam fortes probabilidades de ter irmandades religiosas ativas. De acordo com os autores pode-se argumentar que as regiões que possuem maior diversidade e que são identificadas com uma longa e consistente história de práticas associativas vão expor mais oportunidades para o desenvolvimento de equipas de futebol sem fins lucrativos.

Para além da importância de políticas que efetivamente reforçam a cooperação entre líderes locais, regionais e nacionais como forma de aumentar a competitividade (já foi discutido na secção anterior), devemos também ter em mente a importância de outros fatores, tais como: o contexto envolvente e os recursos de uma região.

Dado que neste estudo focamos a nossa atenção em equipas de futebol sem fins lucrativos, é importante compreender as razões para a criação de tais equipas, como elas são distribuídas em determinadas áreas e que razões podem estar inerentes à sua distribuição.

Prouteau e Wolf (2002) constataram que as associações sem fins lucrativos são mais prováveis de serem encontradas em áreas rurais e em pequenas cidades. Eles também concluíram que estas associações eram em sua maioria organizações desportivas e culturais. Finalmente eles relataram que os pais influenciam o envolvimento dos seus filhos nessas associações, tornando bem patente a importância de uma cultura de participação cívica.

Com vista à determinação das razões que condicionam a competitividade das equipas desportivas não lucrativas, de seguida lista-se um conjunto de determinantes da competitividade destas equipas.

3.3.1- Condições socioeconómicas do desenvolvimento e sustentabilidade dos clubes desportivos

Combinando a revisão da literatura observada neste trabalho, conclui-se que o desenvolvimento e a sustentabilidade dos clubes desportivos sem fins lucrativos requerem a existência de certas condições socioeconómicas:

O nível de desemprego de um determinado município, que tal como defendido por Downward e Dawson (1999) quanto maior for o nível de desemprego de um determinado local maior será a probabilidade de esse local apresentar altos níveis de industrialização;

O volume de dinheiro depositado e realizado em bancos locais, que segundo Ahlfeldt e Feddersen (2009) representam a capacidade de poder de compra da população local e consequentes excedentes financeiros que poderão ser aplicados em bens de consumo de lazer, como é o caso de um jogo de futebol;

O nível de envelhecimento da população, que de acordo com Mourão (2005) faz com que altos valores desta variável condicione negativamente a procura de jogos de futebol;

O número de clubes de futebol do mesmo município a jogar na mesma liga, que quando aumentado tende a gerar uma maior competitividade fruto dos dérbi⁵ que daí surgem. Um maior número de equipas do mesmo município a jogar na mesma liga pode também sugerir uma maior história de práticas associativas locais, segundo Breuer (2009);

A dimensão demográfica da população masculina, considerada por Leonard (2005) a principal fonte de consumo de eventos desportivos, em que para níveis mais elevados desta variável tenderia uma maior procura de eventos desportivos;

A dimensão demográfica da população total a viver numa região, sendo de esperar que áreas com grande desenvolvimento demográfico apresentem uma maior competitividade, fruto da maior evolução e maior mercado que a ele esta implícito (Mourão e Colonna, 2011);

A dimensão da população jovem (entre os 15 e 24 anos) que vive numa região, que de acordo com Prouteau e Wolf (2002) leva a que valores mais altos desta variável indiquem valores mais altos de participação em

⁵ Jogo entre duas equipas da mesma cidade.

associações locais, aumentando desta forma o campo de recrutamento das associações desportivas não lucrativas.

Sendo assim, podemos resumir como factores determinantes da competitividade dos clubes de futebol sem fins lucrativos os seguintes:

a) O nível de desenvolvimento económico da área circundante, com base em duas dimensões:

- O nível de desemprego (se este for alto, ele tende a indicar uma área mais industrializada), como argumentado por Downward e Dawson (1999)

- O montante de dinheiro depositado e realizado em bancos locais, como uma *proxy* para renda local (Ahlfeldt e Feddersen, 2009);

b) O nível de envelhecimento da população, que, se aumentado numa determinada área, tende a reduzir a procura de jogos de futebol, como argumentado por Mourão (2005);

c) O número de clubes de futebol do mesmo município a jogar na mesma liga, que se aumentado, tende a sugerir fortemente uma longa história de práticas associativas locais e serve como fonte de competitividade atlética, de acordo com Breuer (2009);

d) A dimensão demográfica da população masculina, muitas vezes um mercado primário para os eventos desportivos (Leonard, 2005);

e) A dimensão demográfica da população total a viver numa região, como uma *proxy* da centralidade do lugar numa área envolvente e como uma *proxy* para o tamanho do mercado (Mourão e Colonna, 2011);

f) E a dimensão da população jovem (entre os 15 e 24 anos) que vive numa região, porque esta variável exerce um efeito de composição na dinâmica das associações locais, destacando a relevância proporcional deste grupo etário (Prouteau e Wolf, 2002).

3.4- Como medir a competitividade das equipas desportivas não lucrativas

As cinco visões referidas na subsecção 3.1 [Fagerberg (1996); Farina (1999); Chudnovsky e Porta (1990); Ferreira e Serra (2010) e Borozan (2008)] apontam para a existência de um elemento comum na definição de competitividade: a obtenção da máxima produtividade e, conseqüente lucro. Naturalmente, estas visões focam a sua atenção nas entidades lucrativas e não nas organizações do terceiro sector analisadas neste trabalho. Tendo em conta que as organizações não lucrativas são mais prováveis de serem encontradas em zonas rurais e em pequenas cidades (Prouteau e Wolf 2002) e que a competitividade delas depende da própria competitividade da região envolvente (Webster e Muller 2000), então a medição da competitividade das equipas desportivas não lucrativas terá de ser naturalmente diferente da medição utilizada nas equipas profissionais.

Apesar de existirem vários estudos que tentam medir a competitividade das equipas desportivas profissionais (Szymanski e Kesenne, 2004; Schmidt e Berri, 2001; Horowitz, 1997; Fort e Quirk, 1997), não existe uma forte história de como medir a competitividade das equipas desportivas não lucrativas.

No desporto, a competitividade é amplamente entendida como uma característica importante de cada jogador ou de cada equipa. Os jogadores mais competitivos e as equipas que são submetidas a treinos mais intensivos são apoiadas por quantidades significativas de recursos financeiros, e estão sediadas em locais centrais. Estas equipas tentam atingir o nível mais exigente do desporto através do apuramento para as competições internacionais. As medidas tradicionais para avaliar a competitividade do desporto profissional são o número de pontos obtidos pelas equipas nas competições onde se inserem e pelas notas obtidas pelos jogadores nas mesmas (Szymanski e Kesenne, 2004), a concentração desses pontos entre os melhores concorrentes (Fort e Quirk, 1997), o desempenho médio (Schmidt e Berri, 2001), ou o índice de dispersão de Hirschman-Herfindahl (HH) baseado em Kupfer (2002).

Ao examinar o conjunto dos desportos não lucrativos, algumas observações devem ser feitas. Primeiro, como confirmado, as equipas não lucrativas estão estritamente conectadas com a sociedade local. Como

observado, o desenvolvimento das organizações sem fins lucrativos, cujas ações estão concentradas numa área geográfica limitada, dependem muito da demografia, instituições e rendimento da zona envolvente. Portanto a maioria dessas organizações também depende das práticas associativas, da história das instituições locais de atividades desportivas e culturais, e da dinâmica de alguns membros.

Consequentemente, não há consenso sobre a melhor forma de medir a competitividade das equipas de futebol sem fins lucrativos. Como observado por Kriemadis e Theakou (2007), muitas dessas organizações estão mais preocupadas com a produção de eventos desportivos para a comunidade local e com a organização de equipas compostas por membros locais, do que com a realização dos melhores resultados desportivos.

No entanto, os bons resultados desportivos podem levar a um aumento da atenção recebida por essas equipas sem fins lucrativos. Essa atenção pode também atrair mais receita e arrecadação de fundos; os fundos adicionais podem promover um maior nível de resultados desportivos na temporada seguinte. Esta é a perspectiva de Heitzmann (2000).

Portanto, para analisar o desempenho desportivo dos clubes sem fins lucrativos de cada município, considerou-se o uso de duas variáveis dependentes:

- a) A soma do número de pontos obtidos por temporada pelos clubes de futebol de cada município, no final de uma temporada regular da DH da AFB;
- b) E o numero de pontos por jogo observados para cada município, considerando todos os clubes daquele município no final de cada temporada regular⁶.

Após ter sido explicitado de que forma as equipas amadoras poderão aumentar os seus índices de competitividade e quais os fatores condicionantes da mesma, importa agora fazer uma breve análise descritiva do campeonato de

⁶ Serão de igual modo, testadas outras três variáveis para medir a concentração da competitividade. Em primeiro lugar, observa-se a percentagem média do total de pontos possíveis ganhos por equipas de um município. Em segundo, calcula-se o número médio de pontos obtidos pelas equipas de um determinado município. Em terceiro lugar, calcula-se o percentual dos pontos concentrados em cada município no final de uma temporada regular. As conclusões expostas, na secção 8, não são modificadas mesmo usando como variáveis dependentes estas 3 alternativas. Os resultados completos são apresentados em anexo.

futebol amador observado neste estudo, a DH (principal divisão de futebol amador da AFB).

4- O campeonato principal da Associação de Futebol de Braga

4.1- Descrição da Associação de Futebol de Braga

A AFB, fundada em 1922, é a entidade responsável pela organização anual dos vários campeonatos de futebol de Braga. Esta competição (amadora) permite aceder à Terceira Divisão de Futebol do nosso país (ligas regionais disputadas por equipas de associações de futebol diferentes). As equipas classificadas na zona de promoção, numa determinada época, sobem à Terceira Divisão Nacional na época seguinte. As equipas classificadas na zona de despromoção descem à divisão secundária do campeonato distrital de Braga.

Segundo o regulamento das provas oficiais da AFB, no desenrolar de uma época desportiva (normalmente de Outubro a Maio), cada clube joga com as restantes equipas da sua divisão duas vezes (um duplo *round-robin system*), uma vez no seu campo (jogo em casa), e outra vez no campo do seu adversário (jogo fora). Por cada vitória obtida a equipa vencedora recebe três pontos e à equipa derrotada não é concedido qualquer ponto. No caso de o jogo terminar empatado é atribuído a cada uma das equipas um ponto.

Para além da organização dos campeonatos de futebol de Braga (DH, 1ª Divisão e 2ª Divisão), a AFB é também responsável pela organização dos campeonatos distritais sub-19 (juniores), sub-17 (juvenis) e sub-15 (iniciados) que funcionam nos mesmos moldes dos campeonatos seniores. De igual modo, cabe à AFB a organização da Taça Distrital. Nesta competição os clubes participantes são sorteados e jogam com o seu oponente um jogo. O campo onde o jogo é disputado é também ele sorteado. No final do jogo a equipa vencedora avança para a próxima eliminatória, ao passo que a equipa derrotada é eliminada (*play-off format*). No caso de se registar um empate no final do tempo regulamentar procede-se à realização de um prolongamento de 30 minutos (15 minutos, cada parte). Se no final do prolongamento o jogo continuar empatado procede-se à marcação de grandes penalidades, 5 para cada equipa (mais uma em caso das equipas continuarem empadas). Quando

só restarem duas equipas nesta competição, disputa-se o jogo de apuramento do vencedor da Taça.

4.2- Caracterização do formato da Divisão de Honra da Associação de Futebol de Braga

Este estudo incide sobre o período entre a época 2000/01 e 2009/10. Sabendo que em 10 anos muitas alterações podem ocorrer, importa sublinhar algumas mudanças que entretanto foram sendo feitas ao formato da DH da AFB, desde a época 2000/01.

No início das épocas 2000/01 e 2001/02, a liga era constituída por dois grupos, a Série A e a Série B, cada um com 16 equipas. As equipas jogavam entre si duas vezes, uma vez em casa e outra fora. No final do campeonato as equipas classificadas em primeiro lugar de cada grupo jogavam entre si dois jogos, igualmente um em casa e outro fora, para determinar a atribuição do título. Estas duas equipas eram promovidas para os campeonatos nacionais (3ª Divisão Portuguesa), enquanto as últimas quatro equipas de cada grupo eram despromovidas para a 1ª Divisão da AFB (escalão inferior).

Em 2002/03, a primeira de um conjunto de mudanças aconteceu. No final da época as últimas quatro equipas de cada grupo foram despromovidas, como de costume, mas desta vez, seis equipas foram promovidas à liga amadora principal, adicionando desta forma duas equipas a cada grupo.

Assim em 2003/04, cada grupo foi composto por 18 equipas e, como não tinha sido o caso no ano anterior, o campeão foi determinado em apenas um jogo. O jogo foi disputado na casa da equipa, de ambos os grupos, que tinha mais pontos agregados. Neste ano 2 equipas foram promovidas para os campeonatos nacionais e 6 equipas de cada grupo foram despromovidas para a 1ª Divisão.

Em 2004/05 a DH foi composta novamente por 16 equipas mas nesta temporada não se disputou o jogo de apuramento do campeão. Duas equipas foram promovidas para os campeonatos nacionais e quatro despromovidas para a 1ª Divisão.

Em 2005/06, nada mudou, mas o jogo para o apuramento do campeão foi disputado novamente.

Em 2006/07, a mudança mais significativa ocorreu. No final da temporada, 2 equipas foram promovidas como de costume, mas 11 equipas de cada grupo foram relegadas para a 1ª Divisão. Apenas quatro equipas de cada grupo foram transferidas para um novo formato de campeonato, com apenas um grupo de 16 equipas. Nessa temporada a DH da AFB recebeu 8 novas equipas. Seis equipas da 1ª Divisão que foram promovidas para a DH mais duas equipas dos campeonatos nacionais que foram relegadas.

A partir desse período até a temporada 2009/10, quatro equipas foram relegadas para a 1ª Divisão e duas equipas foram promovidas para os campeonatos nacionais.

As classificações finais da DH da AFB entre as épocas 2000/01 e 2004/05 serão apresentadas mediante solicitação. As classificações finais entre as épocas 2005/06 e 2009/10 estão disponíveis no sítio da internet www.zerozero.pt.

4.3- Factos e estatísticas

Tal como em todos os campeonatos Distritais, a DH da AFB é disputada apenas entre equipas pertencentes aos Concelhos de um determinado distrito, neste caso o Distrito de Braga. Excepcionalmente, na época 2001/02, o Grupo Desportivo de Souto (equipa pertencente ao concelho de Ponte de Lima) participou na DH da AFB. Diga-se que é bastante comum, em campeonatos distritais, determinadas equipas serem enquadradas em concelhos que não o seu, quer seja por questões de equilíbrio de número de equipas, nas diversas ligas distritais, quer seja por questões de indefinição de proximidade. Esta foi a única equipa pertencente a um Concelho que não os 14 Concelhos de Braga que participou na DH da AFB durante o período analisado neste estudo.

De entre os 14 concelhos que participam na DH, verificamos que existem alguns concelhos que apresentam uma maior proporção de participação que outros. Assim, os Concelhos de Braga e Guimarães são aqueles que na generalidade das épocas, entre 2000/01 e 2009/10, têm mais equipas a participar na DH. Excepcionalmente, na época de 2005/06, participaram na DH, mais equipas de Vila Verde (5 equipas) que Braga (4 equipas) (ver Tabela A2.XI/Anexo A2.6). Na época 2007/08 Esposende igualou

Guimarães na liderança com três equipas cada (ver Tabela A2.XVIII/Anexo A2.8). E em 2009/10 o Concelho de Fafe reparte a hegemonia com Guimarães, igualmente com três equipas cada (ver Tabela A2.X /Anexo A2.10). Durante o período entre 2000/01 e 2009/10, Guimarães foi o concelho que apresentou mais equipas no campeonato de futebol de Braga em cada uma das épocas. Realce-se ainda, que no conjunto das épocas analisadas neste estudo, Guimarães (17 equipas)⁷ e Braga (14 equipas) foram os concelhos mais representados (ver Figura 1). Acrescente-se que estes dois concelhos juntos detêm 42%, quase metade, (23% para Guimarães e 19% para Braga), das equipas que participaram na DH da AFB desde 2000/01 até 2009/10 (ver Figura 2).

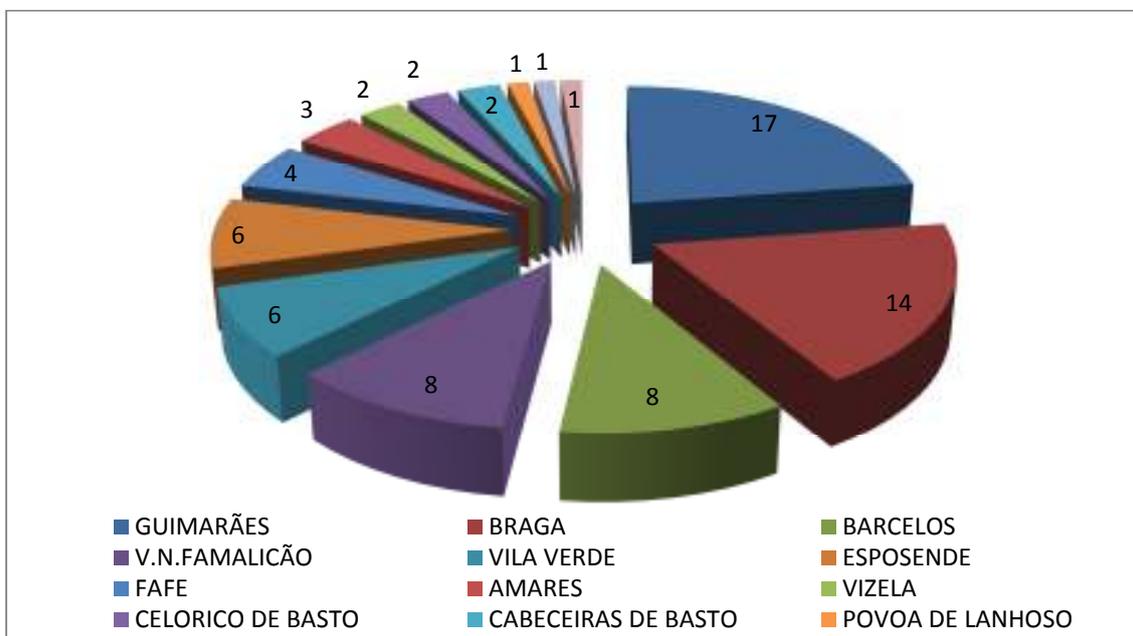


Figura 1 - Número de equipas por concelho, que participaram na principal divisão de futebol de Braga entre as épocas de 2000/01 e 2009/10.

⁷ Note-se, que quando se fala em número de equipas a participarem na DH da AFB, referimo-nos ao número de equipas que realmente participaram nesta liga (sem reincidências) e não ao número de participações das várias equipas.

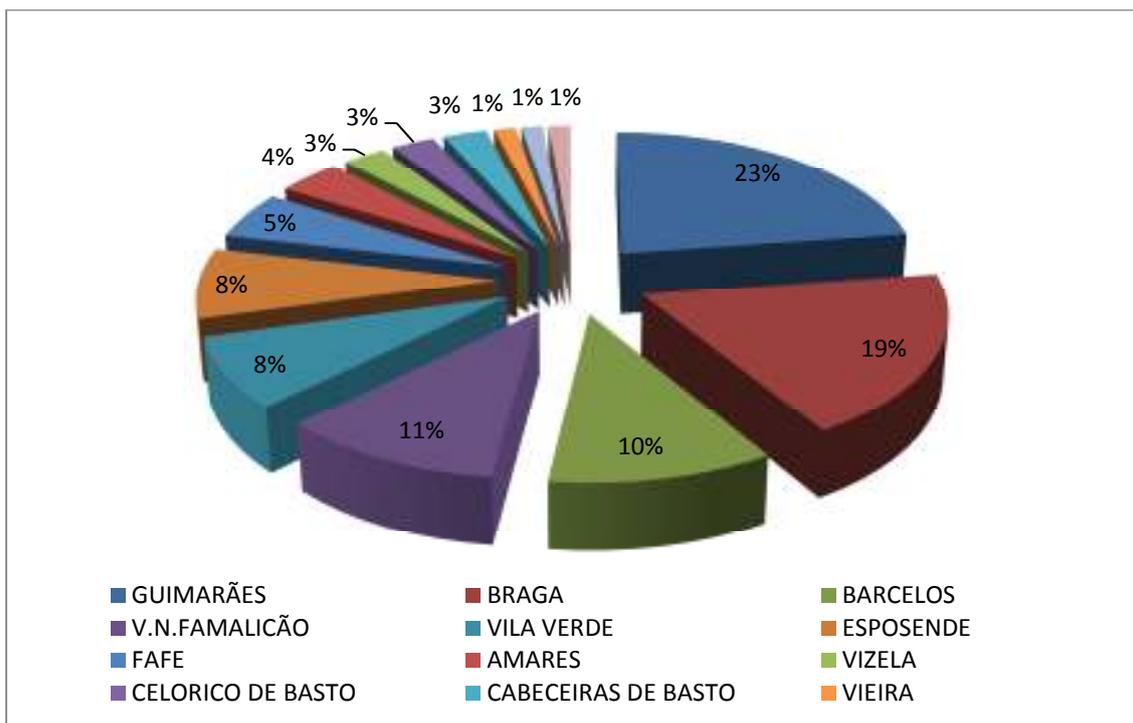


Figura 2 - Percentagem de equipas por concelho, que participaram na principal divisão de futebol de Braga entre as épocas de 2000/01 e 2009/10.

Inicialmente, quando a DH da AFB era dividida em dois grupos, cada um com 16 equipas, a predominância de equipas dos Concelhos de Braga e Guimarães, a participar DH era bastante significativa. Por exemplo, na época 2000/01 participavam 9 equipas do Concelho de Guimarães e 6 do Concelho de Braga (ver Tabela A2.I/Anexo A2.1). Em 2002/03, cada um destes concelhos apresentava 6 equipas na DH da AFB (ver Tabela A2.III/Anexo A2.3). Na época 2003/04 verificou-se o maior número de participação de equipas dos Concelhos de Guimarães (10 equipas) e Braga (7 equipas) na DH (ver Tabela A2.IV/Anexo A2.4). Com o passar dos anos a hegemonia dos Concelhos de Braga e Guimarães na principal divisão de futebol de Braga têm diminuído significativamente. Apesar do Concelho de Guimarães manter a hegemonia em termos de equipas a participar na DH, o Concelho de Braga tem registado uma quebra. Na época 2007/08 (ano em que a principal liga de futebol de Braga passa a ser composta apenas por um grupo de 16 equipas) e na época 2009/10 apenas uma equipa do Concelho de Braga participou na principal divisão de futebol de Braga, tendo sido as restantes relegadas após as alterações ao formato da competição, ao passo que em 2008/09 apenas participaram duas equipas. A partir de 2007/08 concelhos como o de Vila Verde, Barcelos, Fafe e Esposende passam a ganhar mais relevo na DH da

AFB, não pelo aumento do número de clubes nestes concelhos, mas pela diminuição do número de clubes por parte dos Concelhos de Guimarães e de Braga (ver Tabela A2.VIII/Anexo A2.8). Desde a época de 2007/08 o concelho mais representado na DH continuou a ser Guimarães mas apenas com 3 equipas, sendo igualado pelo Concelho de Esposende em 2007/08 e pelo Concelho de Fafe em 2009/10 (ver Tabela A2.VIII/Anexo A2.8).

Dos concelhos com menos equipas a participar na DH da AFB destacam-se Terras de Bouro, Póvoa de Lanhoso e Vieira do Minho, cada um com apenas uma equipa representante no conjunto das épocas entre 2000/01 e 2009/10 (ver Figura 1). Em algumas dessas épocas estes concelhos, assim como Amares, Celorico de Basto, Vizela e Cabeceiras de Basto, não estiveram representados neste campeonato por qualquer equipa. O Concelho de Terras de Bouro destaca-se como sendo o concelho menos representado ao longo das épocas entre 2000/01 e 2009/10 na principal divisão de futebol de Braga. Apenas em duas épocas, 2003/04 e 2006/07, duas equipas (uma em cada época) deste concelho participaram na DH, assumindo-se assim como o concelho com menos participação futebolística neste período⁸. Com a alteração do formato da competição em 2007/08 (ano em que o campeonato passa a ser realizado por apenas um grupo de 16 equipas), concelhos tais como Amares, Celorico de Basto, Póvoa de Lanhoso, Vieira do Minho e Terras de Bouro que, anteriormente, apresentavam menor número de equipas a participar na principal liga de futebol de Braga, veem o seu espaço sendo reduzido ao ponto de não serem representados por qualquer equipa na principal divisão da AFB. Por contraponto, o Concelho de Vizela, apesar do pequeno número de equipas (2 equipas), conseguiu manter a sua participação na principal divisão de futebol de Braga após as alterações registadas na época de 2007/08.

Tal como tem sido referido, os Concelhos de Braga e Guimarães são aqueles que, ao longo do período entre as épocas de 2000/01 e 2009/10, apresentaram um maior número de equipas na DH da AFB. Deste modo, as equipas destes concelhos foram logicamente também as que pontuaram mais no conjunto das 10 épocas (ver Tabela A3.I/Anexo A3.1). Apesar de existir uma

⁸ Em 2003/04 o G.D. Terras de Bouro subiu de divisão e não voltou a descer. Em 2006/07 o A.D.R.C. Terras de Bouro foi um dos clubes despromovidos após a alteração do formato da DH (diminuição de número de equipas) e não voltou a subir.

relação direta entre um maior número de equipas e um conseqüente maior número de pontos, por parte dos concelhos que participaram na principal divisão de futebol Braga, o mesmo não se verifica fazendo uma análise em termos de pontos por jogo. Curiosamente a equipa com melhor média de pontos por jogo pertence a Vieira do Minho com 1,86 pontos por jogo que apenas apresentou uma equipa na DH durante o período analisado neste estudo. Igualmente surpreendente, é o facto de o concelho com menor participação nesta competição, Terras de Bouro, posicionar-se em segundo lugar em termos de média de pontos por jogo com 1,703 pontos por jogo. Por contraponto, e apesar de Guimarães se classificar numa posição cimeira da tabela classificativa de pontos por jogo (4º lugar) com 1,431 pontos por jogo, verifica-se que o Concelho de Braga, 2º em termos de número de equipas, encontra-se classificado na penúltima posição com 1,239 pontos por jogo, ligeiramente acima do Concelho de Cabeceiras de Basto com 1,236 pontos por jogo (ver Tabela VII/ página 45).

Mediante a análise descritiva feita anteriormente à AFB e à DH, e tendo como propósito uma apresentação mais completa da realidade desportiva amadora do nosso país, considera-se pertinente a explicitação dos procedimentos que uma determinada equipa deve seguir para poder participar nas competições organizadas pela AFB, desde o momento da sua criação, até ao momento do seu registo oficial. A próxima secção escarpeliza esta questão.

5- O futebol amador em Portugal

5.1- Procedimentos legais de constituição e registo dos clubes amadores

Em Portugal para que um determinado clube possa participar no campeonato de futebol distrital, organizado pela associação de futebol distrital respetiva, este terá de adotar determinadas disposições e procedimentos legais. Os clubes de futebol amador sujeitam-se a um conjunto de normas desde o momento da sua criação, até ao momento da sua inscrição para poderem participar no campeonato distrital respetivo. Nesta secção pretende-se explicitar todos estes procedimentos.

Segundo as regras da Federação Portuguesa de Futebol (FPF), um clube de futebol amador só poderá participar numa competição organizada por uma associação de futebol distrital se, este existir oficialmente.

Ora, para que um clube seja reconhecido oficialmente terá de proceder à realização de um conjunto de etapas.

O primeiro passo da formação de um clube de futebol amador acontece quando surge a ideia da sua criação. Normalmente esta ideia emerge dentro de um pequeno grupo de pessoas locais, que pretendem ver a sua localidade representada na competição distrital em questão. Posteriormente, este grupo de pessoas que passam a representar o futuro clube terá de se deslocar ao notário para procederem à escritura notarial do clube. De seguida é dada uma denominação ao clube, por exemplo: Futebol Clube Lamações, que terá de ser confirmada e atribuída no Registo Nacional de Pessoas Coletivas, isto porque não podem existir clubes com a mesma denominação. Depois de concedida a autorização para a denominação do clube, os seus representantes têm de entregar a respetiva cópia da autorização na associação de futebol do distrito onde a sua equipa estará sediada, solicitando a sua filiação. O processo conclui-se com o envio, por parte da associação de futebol do distrito respetivo, de um pedido de código do clube à FPF, com vista à oficialização da filiação do clube. A partir do momento que o código seja emitido o clube passará a estar elegível para a participação, na última divisão⁹ de futebol da sua associação distrital.

5.2- Normas das Associações: O caso da Associação de Futebol de Braga

Para além dos requisitos gerais que os membros da direção de um determinado clube necessitam cumprir quando procedem à sua criação (o clube tem de ter personalidade jurídica e possuir o código de validação de filiação), existem também algumas normas específicas que cada associação de futebol distrital possui e que têm de ser igualmente seguidas, nomeadamente no que se refere à filiação de clubes, ao processo de inscrição de jogadores ou à qualidade dos recintos desportivos.

⁹ Quando se funda um clube de futebol, este está obrigado a começar a sua participação, na última divisão da associação de futebol distrital respetiva.

5.2.1- Filiação de clubes

Na AFB, para a época 2011/12, os clubes que quisessem proceder à sua filiação deveriam fazê-lo desde o dia 1 Julho de 2011 até ao dia 29 de Julho de 2011, de acordo com as diretrizes estipuladas através do Comunicado Oficial nº 320 de 16 de Junho de 2011.

O boletim de filiação deverá ser devidamente preenchido e assinado pelos membros da direção, deverá também ser assinado por um médico e ser acompanhado da documentação respeitante à inscrição de no mínimo onze jogadores.

Todos os clubes filiados estão sujeitos a uma quota anual de associado de 60 euros, assim como a uma quota associativa de participação nas competições oficiais, que no caso da divisão retratada neste estudo (DH da AFB) situava-se nos 550 euros. Os clubes têm que liquidar estas quotas no ato de filiação.

5.2.2- Jogadores

Os processos de inscrição de jogadores profissionais que sejam inscritos por clubes que não disputam competições organizadas pela Liga Portuguesa de Futebol Profissional, têm até segunda-feira às 16:00 horas para dar entrada na FPF, para que os jogadores inscritos possam ser utilizados no Sábado ou Domingo seguintes, mas sempre após o respetivo licenciamento por parte da FPF. No caso dos jogadores amadores, estes podem ser inscritos até quinta-feira.

No que diz respeito aos períodos de inscrição de jogadores profissionais¹⁰, existem dois momentos em que esses jogadores podem ser inscritos: o 1º período vai de 1 de Julho a 20 de Setembro de 2011; o segundo período começa dia 2 de Janeiro e termina dia 31 do mesmo mês. Já no que se refere às inscrições dos jogadores amadores¹¹, estes têm um período único de

¹⁰ Consideram-se jogadores profissionais, aqueles que se encontram ligados a um clube em regime de contrato profissional, fazendo desta a sua profissão e, como tal, são remunerados pelos serviços que prestam ao respetivo clube.

¹¹ Consideram-se jogadores amadores, aqueles que estão ligados a um clube em regime de contrato não profissional, não fazendo desta a sua profissão, embora possam também ser remunerados pelos serviços que prestam ao respetivo clube.

inscrição que vai de 1 de Julho de 2011 a 24 de Fevereiro de 2012. Os jogadores amadores transferidos a meio da época e que já tenham sido utilizados em jogos oficiais, também estão sujeitos a um período único de inscrição que começa em 1 de Julho de 2011 e termina dia 31 de Dezembro de 2011. As inscrições são feitas na associação de futebol do respetivo distrito.

O facto de um clube ser amador não impede que este possa ter um ou mais jogadores profissionais no seu clube, mediante a sua capacidade financeira e os seus objetivos, desde que a maioria do plantel seja composto por jogadores amadores. Por outro lado, um clube profissional não pode ter, no seu plantel, um jogador amador isto porque, a partir do momento que este seja contratado e assine o contrato profissional, (que as regras da FPF obrigam) este passa a ser considerado profissional.

Os processos de inscrição, relacionados com transferências internacionais, também são feitos nas associações distritais, mas terão de ser homologados pela FPF após a recepção do respetivo Certificado Internacional de Transferências. A inscrição de jogadores provenientes de transferências internacionais também pode ser realizada em dois períodos; o 1º período começa dia 1 de Julho e termina a 12 de Setembro de 2011; o segundo período vai de 2 a 27 de Janeiro de 2012.

Tal como no processo de filiação dos clubes, no processo de inscrição de jogadores os clubes também estão sujeitos à aplicação de quotas. Para todos os jogadores portugueses profissionais (seniores e juniores), que sejam inscritos em clubes distritais, é aplicada ao clube uma quota de 80 euros por cada jogador inscrito. Para os jogadores não comunitários que sejam inscritos pela primeira vez é aplicada ao clube uma quota de 130 euros por cada jogador inscrito.

No que se refere à inscrição de jogadores seniores amadores, a quota aplicada para jogadores portugueses e para jogadores não comunitários, que realizem a primeira inscrição, é de 37,50 e 60 euros respectivamente.

No que diz respeito a transferências realizadas entre clubes nacionais, os clubes distritais estão sujeitos a uma quota de 37,50 euros sempre que transfiram um jogador entre si. Em relação às transferências internacionais de jogadores seniores (quer sejam jogadores portugueses ou estrangeiros) a quota aplicada aos clubes distritais é de 1065 euros.

Ainda no que diz respeito ao processo de transferências, todos os clubes estão salvaguardados com uma taxa de formação por transferência. Esta taxa permite que o clube seja reembolsado mediante os anos de formação que o jogador transferido tiver realizado no clube. No caso dos clubes que participaram em competições distritais as taxas de formação por transferência são: 250 euros para atletas iniciados, 400 euros para atletas juvenis, 500 euros para juniores e 700 euros para atletas seniores que tenham completado o seu processo de formação no clube onde jogam.

5.2.3 – Recintos desportivos

Os recintos desportivos são alvo de vistorias periódicas por parte do Conselho Técnico da AFB, quer por iniciativa deste órgão, quer a pedido dos clubes filiados. Antes do início dos jogos oficiais, os recintos deverão estar em perfeitas condições regulamentares para a prática desportiva.

5.3 - Composição de associados dos clubes amadores

Sobre a composição dos associados, e respetivas normas dos clubes que participam nos campeonatos não profissionais, há a destacar que cada clube possui os seus próprios estatutos e desta forma goza de alguma liberdade de atuação em algumas questões particulares¹².

No entanto, apesar dessas particularidades, de uma forma geral pode-se dizer que os clubes estão sujeitos a um conjunto de normas bastante semelhantes entre si.

Assim, todos os clubes devem admitir como sócios qualquer indivíduo, de qualquer idade, sem distinção de nacionalidade ou sexo; os indivíduos menores de 15 anos não podem ser admitidos sem autorização dos seus pais ou tutores; a admissão de sócios pode ser limitada sempre que os superiores interesses da coletividade os justifiquem.

Os sócios de um determinado clube podem assumir vários tipos de categorias:

- a) Honorários;
- b) Beneméritos;

¹² São exemplos de algumas questões particulares: a atribuição de títulos a sócios, a limitação da admissão de sócios sempre que interesses superiores o justifiquem ou o preço da quota de associado.

- c) De mérito;
- d) Contribuintes;
- e) Correspondentes;
- f) Praticantes;

Os sócios poderão pertencer a mais do que uma destas categorias.

a) Sócios Honorários: São considerados sócios honorários todas as pessoas singulares ou coletivas que a AG do clube em causa, considere dignas de tal distinção, após apresentação de uma proposta fundamentada por parte de qualquer dos corpos gerentes e obtido o parecer favorável dos demais.

b) Beneméritos: São considerados sócios beneméritos todas as pessoas singulares ou colectivas que tenham prestado serviços considerados de dedicação ou benemerência ao clube e que a AG do clube em causa, considere dignas de tal distinção, seguindo os mesmo pressupostos de atribuição da distinção de sócio honorário.

c) Sócios de mérito: São sócios de mérito todos os associados que tenham prestado serviços ao clube merecedores dessa distinção. Tal como nos casos anteriores, esta distinção é atribuída nas AGs e os requisitos são definidos pelos clubes (ex: atletas/ dirigentes que conquistem vários campeonatos distritais ou sócios que tenham prestado ao clube serviços relevantes).

d) Sócios contribuintes: São considerados sócios contribuintes aqueles que mensalmente liquidem as suas quotas.

e) Sócios correspondentes: sócios correspondentes são todas as pessoas singulares ou coletivas que estejam sediadas fora da área geográfica do clube ao qual estão associados.

f) Sócios praticantes: São considerados sócios praticantes, todos aqueles atletas que representem oficialmente o clube em

atividades desportivas e que sejam considerados pela direção, isentos do pagamento das quotas e outro tipo de contribuições obrigatórias.

Por fim, deve-se acrescentar que o valor das quotas mensais para os associados é definido pela AG dos clubes, variando desta forma de clube para clube (normalmente nunca superior a 5,00 euros). O valor da quota de sócio varia consoante o indivíduo é maior, menor ou reformado. Todos os indivíduos que forem sócios poderão assistir aos jogos, em casa do seu clube, sem pagar bilhete, por norma.

Em relação aos preços dos bilhetes, para um jogo da DH, as associações de futebol impõem um preço único. Atualmente o preço do bilhete situa-se nos 5,00 euros.

5.4 – Os clubes de futebol amador e a sua classificação como entidades do 3º sector

Ao longo desta investigação temos mencionado que os clubes amadores são caracterizados pelos seus objetivos não lucrativos e pelo caráter de participação voluntária dos seus dirigentes e dos seus atletas.

Voltando a referir Chavez e Monzón (2001), para que os clubes de futebol sejam englobados no âmbito do sector não lucrativo os membros dos corpos gestores dos clubes de futebol amador devem exercer os seus cargos de forma gratuita e sem qualquer busca de benefício social daí resultante.

Os membros dos corpos gestores poderão no entanto ser reembolsados pelo valor das despesas geradas em deslocações, estadias, representações e seguros.

Para além disso, e ainda de acordo com Chavez e Monzón (2001), existem quatro critérios que caracterizam as organizações privadas como entidades pertencentes ao terceiro sector, são eles:

- a) Finalidade do serviço para os seus membros e para a sua coletividade, em vez da primazia pelo lucro;
- b) Autonomia de gestão;
- c) Democraticidade do processo de decisão;
- d) Primazia das pessoas e do trabalho sobre o capital.

Sendo os clubes de futebol amador organizações privadas, então, também eles estão sujeitos a estes critérios. Para poderem ser consideradas entidades do terceiro sector, importa então perceber se os clubes de futebol amador cumprem estes critérios e de que forma o fazem.

No que se refere ao critério da não primazia pelo lucro, apesar de nenhuma entidade privada desprezar o lucro, neste caso, a procura pelo lucro não se assume como o principal objetivo destas entidades. Os clubes amadores orientam as suas práticas no sentido de proporcionar espetáculos desportivos e através destes servir a sua coletividade. Muitas vezes o que se verifica são esforços pessoais por parte dos dirigentes para manterem a existência dos clubes, pois, muitos destes clubes vivem realidades financeiras muito complicadas, tal como se pode verificar na Figura 3.

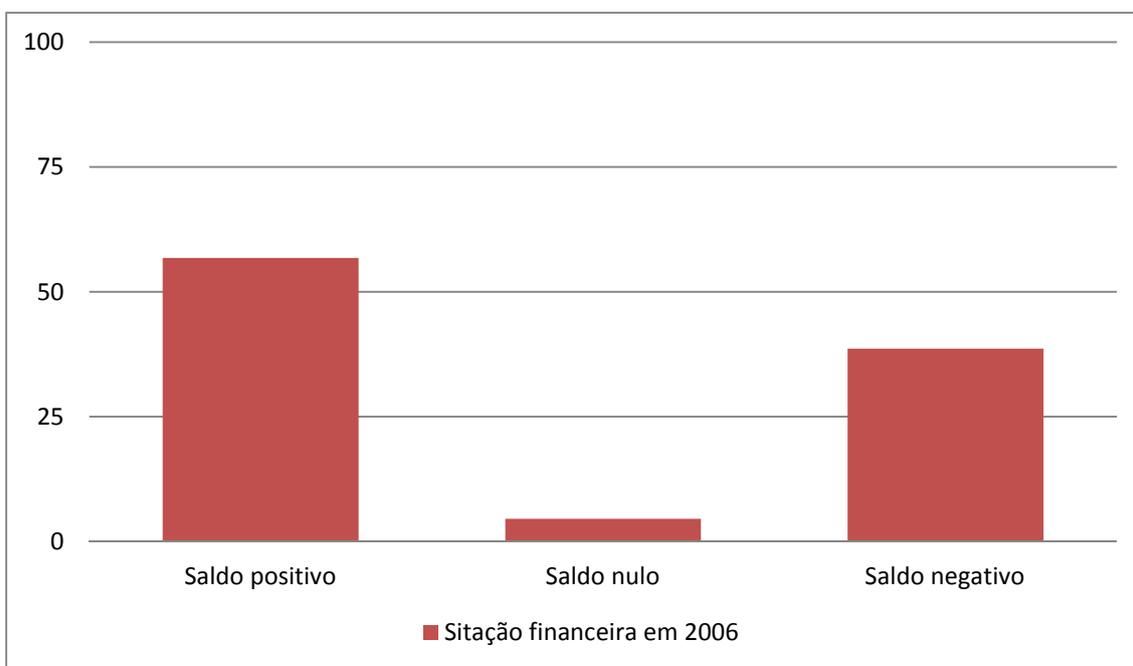


Figura 3 - Distribuição das associações inquiridas por situação financeira no final de 2006

Elaboração própria, Fonte: *Inquérito às associações federadas na CPCCRD, 2007 in Coletividades de cultura e recreio – Uma caracterização do associativismo confederado em Portugal, 2009.*

Perante a Figura 3, facilmente se compreende que nas associações observadas no inquérito na Confederação Portuguesa das Coletividades de Cultura Recreio e Desporto (CPCCRD), das quais fazem parte (em maior número) as associações desportivas, em quase metade não são gerados excedentes financeiros. Refira-se que nos casos em que os clubes consigam reunir alguns excedentes financeiros, estes deverão segundo Chavez e Monzón (2001), ser reutilizados ao serviço do clube e não distribuídos pelos

seus proprietários. Caso contrário, os clubes de futebol amador não poderão ser considerados entidades pertencentes ao terceiro sector.

Em relação à questão da autonomia de gestão, os clubes de futebol amador, sendo organizações privadas, dependem unicamente das decisões dos seus órgãos sociais. Estas decisões são discutidas, votadas e implementadas nas suas AGs.

Esta última questão está diretamente relacionada com o terceiro critério, o da democraticidade do processo de decisão. Tal como referido anteriormente, as medidas a impor pelos clubes são discutidas nas AGs e, para serem implementadas, necessitam de ser votadas pelos seus sócios e aprovadas por uma maioria. A implementação de alterações (a normas internas do clube, ou a aprovação das contas do clube) por parte dos órgãos sociais está então dependente de um processo democrático.

Por fim, e ainda de acordo com os autores Chaves e Monzón (2001), para que os clubes de futebol sejam consideradas entidades pertencentes ao terceiro sector deverão colocar o capital em função do trabalho e não o contrário. Assim as pessoas e o trabalho assumem um papel primário, relegando para segundo plano o objetivo lucrativo.

5.5 – Composição dos plantéis dos clubes amadores

As contratações internacionais, por parte dos clubes que participem nos campeonatos distritais, estão sujeitas ao pagamento de uma quota relativamente alta para a realidade financeira destes clubes (1065 euros). Por essa razão, estes clubes procuram construir os seus plantéis recorrendo, essencialmente, a jogadores locais. No entanto, mesmo no que diz respeito a contratações locais só muito pontualmente se verifica a contratação de um jogador, por parte de um clube amador, em troca de uma contrapartida financeira. Normalmente as contratações são feitas em final de contrato.

Analisando a constituição das 16 equipas¹³ que participaram no campeonato distrital de Braga na última época observada neste estudo

¹³ Tendo em conta que algumas das equipas observadas neste estudo não participaram na DH nalgumas épocas entre 2000/2001 e 2009/2010 e, como tal, não existe informação relativa sobre a constituição dos seus plantéis nessas épocas, entendeu-se recolher uma amostra de uma época desportiva, neste caso as 16 equipas que participaram na época 2009/2010 da DH, para analisar a percentagem de jogadores nacionais e internacionais a atuar na mesma.

(2009/10), podemos comprovar claramente a predominância de jogadores portugueses face a jogadores estrangeiros nesta divisão amadora.

Os resultados são apresentados a seguir na Tabela I.

Tabela I - Percentagem de jogadores nacionais e estrangeiros a atuar na Divisão de Honra da Associação de Futebol de Braga

CLUBES	JOGADORES NACIONAIS %	JOGADORES ESTRANGEIROS* %
A.C.D.PICA	95.2%	4.8%
A.C.MARTIM	100%	0%
A.D.AGUIAS DA GRAÇA F.C.	100%	0%
A.D.ESPOSENDE	100%	0%
ARÕES S.C.	92%	8%
AT.CABECEIRENSE	100%	0%
C.C.D.SANTA EULALIA	100%	0%
C.C.TAIPAS	95,8%	4.2%
G.D.APULIA	95%	5%
G.D.LOURO	100%	0%
G.D.PORTO D AVE	100%	0%
G.D.PRADO	100%	0%
G.D.SILVARES	95%	5%
G.D.U.TORCATENSE	100%	0%
JUVENTUDE DE RONFE	100%	0%
VILAVERDENSE F.C.	96%	4%

* Países de origem dos jogadores estrangeiros: Brasil – 2 jogadores; Senegal – 2 jogadores; Angola – 1 jogador; Geórgia – 1 jogador.

Os resultados da tabela I vão ao encontro às conclusões obtidas por Mourão e Colonna (2011), reforçando a ideia da importância da dimensão demográfica local, nomeadamente a dimensão da população jovem, pois esta dimensão exerce um efeito de composição na dinâmica de oferta das associações locais (Prouteau e Wolf, 2002).

Se os clubes amadores constroem os seus plantéis através do recurso a jogadores locais, então, conseqüentemente os concelhos com maior campo de recrutamento (maior número de população jovem), à partida apresentarão uma maior capacidade competitiva.

Perante esta amostra estatística, verifica-se também que 50% dos jogadores estrangeiros a atuar nesta divisão amadora são oriundos de países com relações culturais a Portugal, ou seja, tudo indica que estes jogadores já habitavam em Portugal antes de serem contratados pelos seus clubes, reforçando desta forma a dependência de jogadores locais por parte dos clubes amadores.

5.6 – O futebol amador no resto da Europa e no Mundo

Em termos internacionais, nomeadamente na Europa, não existem muitas diferenças no que diz respeito aos moldes em que os campeonatos amadores de futebol são organizados e às regras a que estes estão sujeitos.

Apesar de cada País estar sujeito à sua própria legislação (quer no que diz respeito a prazos de transferência de jogadores, quotas a pagar por inscrição da equipa e dos jogadores e por transferências realizadas nacionais ou internacionais, ou no que se refere a regulamentos de constituição ou filiação específicos), acredita-se que os aspetos principais e caracterizadores dos clubes que participam neste tipo de competição amadora, como a sua dependência de jogadores locais, a pequena capacidade económica, a constituição voluntária dos seus representantes e a sua não primazia pelo lucro, são comuns a todos os países, sob pena de não poderem ser considerados instituições não lucrativas à luz de Chaves e Mozon (2001).

Os Estados Unidos da América (EUA) fogem a esta homogeneidade, apresentando-se como um caso bastante específico na organização das competições desportivas, quer profissionais, quer amadoras. Na generalidade das principais competições desportivas [National Hockey League (NHL – liga de hóquei no gelo); National Football League (NFL – liga de futebol americano); NBA – liga de basquetebol americano; etc.], os campeonatos são organizados num sistema de fase regular / *Play-off format*. Os campeonatos de futebol amador nos EUA não fogem a esta regra.

Por exemplo a liga de futebol amador de Minnesota (MASL - Minnesota Amater Soccer League), é uma filial da Minnesota Soccer Association (MAS - Associação de Futebol de Minnessota) da United States Adult Soccer Association (USASA - Associação de Futebol Sénior dos EUA)

A MASL é uma competição que abrange a área metropolitana de Minneapolis / St. Paul e engloba entre 40 a 50 equipas que competem em diferentes divisões: a 1ª Divisão, a 2ª Divisão, a 3ª Divisão e a 4ª Divisão.

Uma das diferenças face aos países europeus reside no período em que se disputa esta competição. A fase regular da MASL tem início em Abril e termina em Julho. Em Agosto, as equipas mais bem classificadas disputam os *play-offs*.

Antes de começar a temporada desportiva todas as equipas novas, bem como as anteriormente existentes, são obrigadas a assistir às AGs, uma vez por mês, começando em Janeiro e terminando em Abril. Estas reuniões focam questões como: propostas de possíveis alterações; o alinhamento das divisões; os orçamentos das equipas e o processo de registo das mesmas.

Com o aumento do número de equipas da MASL torna-se importante (para os dirigentes dos clubes interessados na participação da sua equipa nesta competição) a comparência nestas reuniões, assim como iniciar, o mais rapidamente, o processo de registo do clube para que a equipa em causa possa garantir um lugar na liga.

No que se refere ao registo dos clubes nesta competição amadora, para que uma equipa possa participar na MASL, esta terá de cumprir os seguintes requisitos:

- a) Provar a estabilidade financeira, assegurando que as taxas do campeonato e as taxas de arbitragem possam ser pagas.
- b) Fornecer um campo de jogo devidamente marcado para os jogos da sua equipa. Em caso de não terem campo próprio os clubes poderão usar um campo da National Sports Center (Centro de Desportos Nacional), mediante o pagamento de uma renda.
- c) Ter jogadores de campo suficientes para a época desportiva (mínimo 11 e máximo 26).
- d) Designar um representante da equipa para participar em todas as reuniões da liga.

Todas as equipas que participem numa temporada da MASL terão que se sujeitar a uma taxa de participação de 460 dólares. As equipas que participem pela primeira vez, para além da taxa de participação terão ainda que pagar um seguro de caução no valor de 300 dólares. Para além destas taxas, as equipas estão também sujeitas a alguns custos adicionais:

- a) Metades das taxas de arbitragem (82,5-10 = \$ 72,5 dólares) devem ser pagas no intervalo de cada jogo da liga. A taxa de 10 dólares será recolhida no momento do registo da equipa.
- b) Metades das taxas de arbitragem (82,5 dólares) devem ser pagas no intervalo de cada jogo do *play-off*.

c) No momento do registo de cada jogador na MASL deve ser paga uma quota de seguro de 25 dólares por jogador.

Deve-se salientar ainda que, todos os anos durante a pré-época, realiza-se uma competição amigável onde vários jogadores, amadores ou jovens, reúnem-se entre diferentes equipas, tendo desta forma a possibilidade de demonstrar o seu valor e, eventualmente, serem posteriormente recrutados no *Draft*¹⁴ pelas equipas profissionais.

Nas últimas duas secções procurou-se descrever a realidade do futebol amador no nosso país, quer no que se refere a factos estatísticos da AFB, quer no que se refere a normas de constituição ou procedimentos obrigatórios. Também se procurou retratar a forma como o futebol amador é organizado pelo resto do mundo.

Logicamente para complementar esta análise descritiva é necessário proceder-se a uma análise empírica. Nesse sentido, na próxima secção será apresentado o modelo econométrico, a metodologia usada para estimar esse modelo e os dados. Seguidamente será feita uma interpretação e discussão dos resultados.

6- Modelo, dados e resultados

Retomando as subsecções 3.4 (determinantes da competitividade das equipas desportivas não lucrativas) e 3.5 (como medir a competitividade das equipas desportivas não lucrativas), procede-se agora à discussão do modelo econométrico. Através do modelo econométrico procura-se identificar os determinantes locais e regionais do desempenho desportivo dos clubes de futebol sem fins lucrativos, na DH da AFB, condicionado pelas diferenças entre municípios.

Segue-se o modelo descrito pela equação (1):

$$Y_{it} = \alpha_{it} + \beta * X_{it} + \chi * S_{it} + e_i + z_t + \varepsilon_{it} \quad (1)$$

¹⁴ No início da época desportiva as equipas escolhem, alternadamente, um máximo de três jogador sem contrato. Geralmente, os clubes pior colocados na época anterior têm prioridade de escolher primeiro os seus jogadores.

Na equação (1), Y_{it} refere-se a uma das variáveis dependentes (número de pontos e pontos por jogo), observada para um determinado ano t , entre 2000/2001 e 2009/2010¹⁵, e para cada município i no Distrito de Braga¹⁶.

β é uma coluna de coeficientes estimados para as variáveis socioeconómicas que são testadas neste estudo e que respeitam a literatura revista: a parcela da população que é idosa; a população residente; o volume de dinheiro depositado em agências locais; o número de pessoas desempregadas; a percentagem da população com idade entre os 15 e os 24 anos e o número de residentes do sexo masculino.

χ é uma coluna de coeficientes estimados para o número de clubes de futebol do mesmo município a jogar no mesmo campeonato distrital de futebol.

e_i designa efeitos fixos por município e z_t efeitos fixos por tempo. ε_{it} designa efeitos fixos no espaço e no tempo. e_i , ε_{it} , e z_t foram estimados de forma independente e identicamente distribuídos. Para a estimação da Equação (1) foi utilizado o Software STATA v.8.

Primeiro, foram realizados testes de Hausman para avaliar se a Equação (1) seria melhor estimada usando efeitos fixos ou aleatórios. Os resultados (serão apresentados mediante solicitação) sugeriram o uso de efeitos fixos independentemente da escolha da variável dependente.

6.1-Dados e resultados

Como já foi referido, foram consideradas inicialmente como variáveis dependentes (Y_{it}) a soma final de pontos obtidos por todos os clubes de futebol de um determinado município i do Distrito de Braga durante uma temporada regular t e a média de pontos por jogo jogado¹⁷.

Para construir as variáveis dependentes foram utilizados dados oficiais gentilmente cedidos pelo Secretário-geral da AFB para as épocas entre 2000/2001 e 2004/2005. Para as épocas entre 2005/2006 e 2009/2010 foram utilizados dados oficiais disponíveis no site da AFB.

¹⁵ A maioria destas épocas começa em Setembro do ano $t-1$ e terminam em Maio do ano t . Portanto, o subscrito t no modelo designa o ano final de cada época.

¹⁶ Os 14 municípios pertencentes ao Distrito de Braga são: Amares, Barcelos, Braga, Cabeceiras de Basto, Esposende, Fafe, Guimarães, Póvoa de Lanhoso, Vieira do Minho, Vila Nova de Famalicão, Vila Verde, Vizela e Terras de Bouro.

¹⁷ De acordo com as regras oficiais da FPF, cada vitória é contabilizada com três pontos para a equipa vencedora, cada empate um ponto para cada equipa e por cada derrota não é atribuída qualquer pontuação, tal como explicitado anteriormente na secção 4.

Para construir o conjunto de variáveis independentes na Equação (1), foram recolhidos dados oficiais do Instituto de Estatísticas Oficiais Português (Instituto Nacional de Estatísticas, INE) para os anos entre 2000 e 2009. O INE forneceu valores para as seguintes variáveis (observadas para cada município i no Distrito de Braga entre 2000 e 2009):

- a) Nível de desemprego;
- b) Volume de dinheiro depositado em agências locais;
- c) Tamanho da população envelhecida (mais de 65 anos) em termos percentuais;
- d) Número de equipas de futebol do mesmo município a jogar na DH da AFB;
- e) Tamanho da população do sexo masculino;
- f) Tamanho da população residente num município;
- g) E o tamanho da população jovem (entre os 15 e 24 anos) em termos percentuais.

A tabela II demonstra as estatísticas descritivas das variáveis utilizadas:

Tabela II- Estatísticas Descritivas

Variável	Obs.	Média	Desvio padrão.	Min.	Max.
Pontos	126	86.896	84.767	0	0
Pontos por jogo	126	1.1667	0.606	0	2.406
Número de clubes do mesmo município a jogar na mesma liga	126	2.055556	1.989193	0	10
Nível de população envelhecida (%)	126	83.42369	23.87098	37.22322	149.8581
População residente	126	60537.29	56772.7	7506	176154
Volume de dinheiro depositado em agências locais (milhares de euros)	123	100519.5	118574.9	1535.58	473194.1
Número de pessoas desempregadas	98	3322.735	3847.775	388	14113
Número de homens	126	29470.02	27605.55	3681	84616

População jovem (%)	126	0.1535565	0.0145382	0.1233098	0.1909002

As Tabelas III e IV mostram os resultados da estimação da Equação (1) usando as variáveis dependentes acima mencionadas. A tabela III mostra os resultados, com a “soma de pontos de todas as equipas num município” como variável dependente. A Tabela IV mostra os resultados, com “os pontos por jogo jogado para as equipas do município”, como a variável dependente.

Tabela III- Resultados (variável dependente: pontos de todos os clubes de cada município no final de uma temporada regular)

Pontos	I	II	III	VI	V	VI	VII
Número de clubes do mesmo município a jogar na mesma liga	42.918*** (2.534)	41.896*** (1.920)	41.873*** (1.862)	41.887*** (1.819)	41.496*** (1.584)	41.350*** (1.553)	41.571*** (1.430)
Número de homens	0.075 (0.069)	-0.014 (0.022)	-0.014 (0.021)	-0.014 (0.020)	-0.008 (0.015)	-0.001 (0.001)	
População residente	-0.043 (0.034)	0.006 (0.009)	0.006 (0.009)	0.006 (0.009)	0.004 (0.008)		
População jovem (%)	0.025 (0.019)	-0.002 (0.006)	-0.002 (0.005)	-0.002 (0.005)			
Volume de dinheiro depositado em agências locais (milhares de euros)	0.001** (0.0004)	0.001 (0.001)	0.001 (0.001)				
Nível de população envelhecida (%)	-0.882 (0.634)	0.010 (0.188)					
Número de pessoas desempregadas	-0.001 (0.002)						
Constante	173.82 (265.54)	0.006 (0.009)	73.168 (143.080)	66.499 (136.993)	12.207 (59.659)	22.264 (56.257)	1.446 (7.366)
Número de observações	96	123	123	126	126	126	126
Número de grupos	14	14	14	14	14	14	14
R2	0.3141	0.3789	0.3792	0.4682	0.9499	0.9346	0.9592
Teste F	97.72	130.86	158.55	206.85	277.78	419.32	845.07

Nota: desvios padrão entre parênteses

Nível de significância: 1%***; 5%**; 10%*

Tabela IV - Resultados (variável dependente: pontos por jogo de todos os clubes de cada município no final de uma temporada regular)

Pontos por jogo	I	II	III	VI	V	VI	VII
População jovem (%)	147.55** (61.12)	137.16** (54.59)	18.67** (8.87)	18.78** (8.79)	19.44*** (6.31)	20.02*** (6.11)	20.48*** (6.05)
Número de clubes do mesmo município a jogar na mesma liga	0.193 (0.116)	0.184 (0.112)	0.137* (0.076)	0.140* (0.074)	0.170*** (0.056)	0.162*** (0.052)	0.163*** (0.052)
População residente	-0.004* (0.002)	-0.004* (0.002)	0.0016* (0.0003)	0.001 (0.001)	0.001 (0.001)	0.001 (0.001)	
Número de homens	0.008* (0.004)	0.009* (0.004)	-0.001 (0.001)	-0.001 (0.001)	-0.001 (0.001)		
Nível de população envelhecida (%)	0.121 (0.085)	0.111 (0.079)	-0.002 (0.007)				
Número de pessoas desempregadas	-0.001 (0.001)	-0.001 (0.001)					
Volume de dinheiro depositado em agências locais (euros)	-0.001 (0.001)						
Constante	-38.007 (27.733)	-40.35 (26.77)	4.25 (6.03)	4.114 (5.958)	-0.679 (4.275)	-1.545 (3.669)	0.685 (0.625)
Número de observações	57	57	77	77	126	126	126
Número de grupos	14	14	14	14	14	14	14
R2	0.0131	0.0684	0.0709	0.0718	0.0386	0.0039	0.0568
Teste F	1.64	1.87	1.22	1.44	3.70	4.63	6.07

Nota: desvios padrão entre parênteses

Nível de significância: 1%***; 5%**; 10%*

Os resultados apresentados na Tabela III mostram que o coeficiente de “número de clubes no mesmo município a jogar na mesma liga” é estatisticamente diferente de zero ao nível de 1% quando o número de pontos alcançados por todos os clubes a partir de um determinado município é a variável dependente.

Como este resultado pode ter sido originado devido a uma espécie de efeito de escala, também estimamos a Equação (1) com os “pontos por jogo” como variável dependente. Neste caso, mais uma vez se concluiu, que a variável “número de clubes no mesmo município a jogar na mesma liga” (Tabela IV) tem um coeficiente estatisticamente significativo, mas agora a

percentagem de jovens que vive num município também apresenta um coeficiente estatisticamente significativo.

Ao analisar as variáveis que foram caracterizadas por coeficientes não significativos, outros padrões emergem. Primeiro, as variáveis relacionadas com o envelhecimento da sociedade ou com o desemprego têm coeficientes não significativos; essa observação suporta a relação entre os clubes sem fins lucrativos e os grupos mais jovens da sociedade (ver Tabela III e IV). Em segundo lugar, observamos também que a composição do sexo masculino dos municípios não exerce influência direta no desempenho desportivo das organizações não lucrativas observadas.

Além disso, os resultados não mostraram nenhuma relação direta entre o rendimento local e o desempenho desportivo dos clubes sem fins lucrativos observados, porque a *proxy* “volume de dinheiro depositado em bancos locais” não tem coeficientes significativos. Tal como discutido por Mourão (2010), estes clubes sem fins lucrativos não jogam nas ligas nacionais mais importantes, logo a sua performance desportiva não dependerá do rendimento *per capita* da área envolvente.

Finalmente, a variável “população residente” também não tem coeficientes significativos. Este resultado pode mostrar que, estatisticamente não há efeito direto da população sobre as variáveis dependentes. No entanto, também podemos observar (ver Tabela V) que os Concelhos de Braga com maior densidade populacional (Braga e Guimarães) detinham o maior número de clubes de futebol sem fins lucrativos a jogar na DH. Este resultado é consistente com Mourão e Colonna (2011), descobrindo-se assim uma relação positiva entre a densidade populacional e as práticas associativas. Esta aparente incongruência leva-nos a suspeitar que os resultados obtidos, na Tabela III e IV, por efeitos fixos, podem ser influenciados por problemas de endogeneidade.

Tabela V - Tabela ilustrativa

Classificação (pontos por jogo jogado)	Municípios	Nº de equipas do campeonato de futebol de Braga	Jogos 2000/2001-2009/2010	Vitórias	Empates	Derrotas	Pontos	Pontos por jogo
1º	VIEIRA	1	186	103	37	46	346	1,860
2º	TERRAS DE BOURO	1	64	32	13	19	109	1,703
3º	ESPOSENDE	6	796	343	194	259	1223	1,536
4º	GUIMARÃES	17	1842	731	443	662	2636	1,431
5º	BARCELOS	8	1004	396	235	373	1423	1,417
6º	VIZELA	2	300	111	88	101	421	1,403
7º	AMARES	3	120	48	24	48	168	1,400
8º	V.N.FAMALICÃO	8	550	208	140	202	764	1,389
9º	POVOA DE LANHOSO	1	244	86	75	83	333	1,365
10º	VILA VERDE	6	796	290	192	314	1062	1,334
11º	FAFE	4	634	212	163	259	799	1,260
12º	CELORICO DE BASTO	2	308	106	66	136	384	1,247
13º	BRAGA	14	1291	429	313	549	1600	1,239
14º	CABECEIRAS DE BASTO	2	276	93	66	117	341	1,236

Portanto, após a execução do teste de Durbin-Wu-Hausman para a endogeneidade da variável “número de clubes no mesmo município a jogar no mesmo campeonato”, concluiu-se que esta variável pode ser classificada como estatisticamente endógena com os instrumentos “número de pessoas desempregadas”, “população jovem (%)” e “volume de dinheiro depositado em agências locais”. A mesma conclusão foi alcançada após a execução do teste de Durbin-Wu-Hausman para a endogeneidade da “população jovem (%)”, com os instrumentos “número de homens” e “nível de envelhecimento da população (%)”. Os resultados completos são apresentados mediante solicitação.

Consequentemente, como sugerido por Wooldridge (2002), entendeu-se modificar a Equação (1) para um sistema de equações simultâneas (equações 2,3 e 4).

$$y_{it} = \alpha_{1it} + \beta_1 teams_{it} + e_{1i} + z_{1t} + \varepsilon_{1it} \quad (2)$$

$$teams_{it} = \alpha_{2it} + \chi_1 unemployed_{it} + \chi_2 young_{it} + \chi_3 banks_{it} + e_{2i} + z_{2t} + \varepsilon_{2it} \quad (3)$$

$$young_{it} = \alpha_{3it} + \chi_4 men_{it} + \chi_5 aging_{it} + e_{3i} + z_{3t} + \varepsilon_{3it} \quad (4)$$

De acordo com este sistema de equações simultâneas, y_{it} segue a notação da Equação (1) e refere-se ao número de pontos e pontos por jogo observados durante um determinado ano t , entre 2000/01 e 2009/10, e para cada município i do Distrito de Braga. Mas agora y_{it} só depende do número de equipas de futebol observadas para cada município i no ano t (Equação 2).

Guiado pelos testes de endogeneidade, considerou-se permitir que o número de equipas de futebol depende do número de desempregados, da percentagem de jovens e do volume de dinheiro depositado em agências locais (equação 3). Considerou-se também permitir que a proporção de jovens na população depende do número de homens e do tamanho da população idosa (equação 4). e_{ij} representa efeitos fixos para cada município. z_{jt} representa efeitos fixos para cada ano. ε_{jit} representa os erros de painel, que estão a ser assumidos de forma independente e identicamente distribuídos.

Seguindo Wooldridge (2002), este sistema foi estimado pelo método de estimação por Mínimos Quadrados em Três Estágios (3SLS – Three-Stage Least Squares). O sistema foi também estimado pelo Método Generalizado de Momentos (Generalized Method of Moments) e pelo método da Máxima Verosimilhança Total de Informação (Full Information Maximum Likelihood); os resultados foram semelhantes e serão apresentados mediante solicitação.

As Tabelas VI e VII mostram os resultados dos sistemas (usando como variáveis dependentes “a soma de pontos” e “pontos por jogo”) estimados pelo 3SLS.

Tabela VI - Sistema de equações simultâneas (estimado pela 3SLS)
 [variáveis endógenas: pontos; número de clubes do mesmo município; população jovem (%);
 Variáveis exógenas: população residente; número de desempregados; volume de dinheiro depositado,
 homens, e população envelhecida]

	Pontos	Número de clubes do mesmo município	População jovem (%)
Número de clubes do mesmo município a jogar na mesma liga	41.520*** (1.223)		
Número de homens			-2.6e-7*** (4.19e-8)
População residente		2.56e-5 (7.68e-4)	
População jovem (%)		214.492*** (40.635)	
Volume de dinheiro depositado em agências locais (milhares de euros)		8.93e-6** (3.68e-6)	
Nível de população envelhecida (%)			-1.35e-4 (4.87e-5)
Número de pessoas desempregadas		3.79e-4*** (9.79e5)	
Constante	1.809 (3.067)	-32.079*** (6.304)	0.168*** (0.005)
Número de observações	126	126	126
Número de grupos	14	14	14
R2	0.957	0.106	0.324
Qui-Quadrado	1151.64	92.85	40.44
P-value	0.000	0.000	0.000

Nota: desvios padrão entre parênteses

Nível de significância: 1%***; 5%**; 10%*

Tabela VII - Sistema de equações simultâneas (estimado pela 3SLS) [variáveis endógenas: pontos por jogo; número de clubes do mesmo município; população jovem (%); Variáveis exógenas: população residente; número de desempregados; volume de dinheiro depositado, homens e população envelhecida]

	Pontos por jogo	Número de clubes do mesmo município	População jovem (%)
Número de clubes do mesmo município a jogar na mesma liga	0.154*** (0.039)		
Número de homens			-2.59e-7*** (4.21e-8)
População residente		4e-4 (7.49e-4)	
População jovem (%)		230.65*** (39.79)	
Volume de dinheiro arrecadado em bancos locais (euros)		8.95e-6** (3.6e-6)	
Nível de população envelhecida (%)			-1.29e-4*** (4.9e-5)
Número de pessoas desempregadas		3.77e-4*** (9.59e-5)	
Constante	0.850*** (0.099)	-34.608*** (6,176)	0.167*** (0.005)
Número de observações	126	126	126
Número de grupos	14	14	14
R2	0.518	0.266	0.324
Qui-Quadrado	149.4	94.98	40.2
P-value	0.000	0.000	0.000

Nota: desvios padrão entre parênteses

Nível de significância: 1%***; 5%**; 10%*

Os resultados apresentados nas Tabelas VI e VII demonstram que na principal divisão de futebol da AFB, a presença de vários clubes beneficia o desempenho desportivo de um determinado município¹⁸. Este facto pode ser interpretado de duas maneiras complementares. Primeiro, a presença de outros clubes vizinhos melhora a competitividade, o que aumenta a qualidade das exibições para o público nos dias de jogo. Por exemplo, tal facto aumenta o

¹⁸ Como já observado, mesmo utilizando diferentes medidas de competitividade, esta conclusão sustenta-se (a significância estatística do coeficiente estimado para a variável relacionada com o número de equipas de futebol sem fins lucrativos do mesmo município). Os resultados completos são apresentados em anexo.

número de dérbis. Em segundo lugar podemos interpretar a presença de outros clubes vizinhos como prova de uma maior acentuação de práticas associativas num município, que autores como Price e Sen (2003) ou Breuer (2009) reconhecem como fator muito importante para a sustentabilidade das próprias organizações não lucrativas locais.

A significância estatística da juventude merece maior ênfase. Tem sido observado que a variável dependente da população jovem é estatisticamente significativa, quando explica o número de equipas num determinado município (Tabela VI e Tabela VII). Estes resultados confirmam que o segmento mais jovem da população exerce uma influência especial sobre o desenvolvimento de organizações locais sem fins lucrativos. Ou seja, aumenta a procura de exibições desportivas e a potencial oferta de membros que trabalhem para estas organizações (Prouteau e Wolf, 2002).

Portanto, os resultados alcançados neste estudo fortalecem aqueles anteriormente atingidos por Price e Sen (2003) e Prouteau e Wolf (2002) que, demonstraram que as organizações sem fins lucrativos dependem em grande parte das instituições locais e do suporte de mercados locais. Neste caso, observamos que o desempenho desportivo dos clubes sem fins lucrativos depende da presença de um maior número de associações locais, representado pelo número de outros clubes a jogar na principal liga de futebol amador da AFB. Por sua vez, o número de equipas de futebol sem fins lucrativos depende da influência de jovens (considerada uma *proxy* para o mercado específico para estes clubes sem fins lucrativos), um volume mais alto de dinheiro depositado em agências locais (considerada uma *proxy* para o rendimento *per capita*) e os valores mais elevados de desempregados (considerada uma *proxy* para as áreas mais industrializadas).

No sentido de enriquecer este trabalho, procurando garantir um maior suporte empírico dos resultados obtidos, entendeu-se estimar a equação (1) com três novas variáveis dependentes: a concentração de pontos no município, os pontos médios por equipa por município e a concentração de pontos médios por equipa do município.

Os resultados obtidos após a estimação destas três novas variáveis (apresentados nas Tabelas A1.I, A1.II e A1.III do Anexo A.1) não diferem muito

dos resultados, já inicialmente obtidos, da estimação das variáveis dependentes “total de pontos” e “pontos por jogo”, reforçando-os deste modo.

No que diz respeito aos resultados obtidos após a estimação da variável dependente “concentração de pontos no município”, a principal diferença reside no facto de a variável “volume de dinheiro depositado em agências locais” se assumir estatisticamente significativa a 5% (ver Tabela A1.I/Anexo A1). Este resultado pode ser explicado pelo facto de ser precisamente nos municípios com maior densidade populacional, que se verifica um maior volume de dinheiro depositado em agências locais e é também nos municípios com maior densidade populacional, que existe maior concentração de equipas e consequentemente maior concentração de pontos.

Em relação à estimação da equação (1) com a variável dependente “pontos médios de equipa por município”, verificou-se novamente uma convergência para os resultados inicialmente obtidos (com as variáveis dependente “pontos por jogo” e “total de pontos”). Porém, mais uma vez, a variável “montante de dinheiro depositado em agências locais” apresenta valores estatisticamente significativos, desta vez a 1% (ver Tabela A1.II/Anexo A1).

Por fim, verificou-se que as principais diferenças face aos resultados obtidos das estimações da equação (1) com as variáveis dependentes “pontos” e “pontos por jogo”, acontecem quando estimamos a equação (1) com a variável dependente “concentração de pontos médios por equipa por município”. Por exemplo, a variável “número de equipas a jogar num mesmo município” deixa de ser significativa (ver Tabela A1.III/Anexo A1), algo que ainda não tinha acontecido nas anteriores estimações realizadas neste trabalho. No anexo A1.1 é apresentada uma análise mais desenvolvida da estimação destas três novas variáveis (“concentração de pontos no município”, “pontos médios de equipa por município” e “concentração de pontos médios por equipa por município”).

7- Implicações práticas dos resultados

Sobre as implicações práticas dos resultados obtidos neste estudo, pode-se argumentar que para aumentar a sustentabilidade e a competitividade dos clubes de futebol sem fins lucrativos, este tipo de associações desportivas

devem-se concentrar em angariar maior apoio local. A presença destas associações em municípios caracterizados por uma maior força de mercado local relacionada com a composição demográfica, permite às associações desportivas um alargamento do seu campo de recrutamento, dado que quanto maior for o nível populacional maior será a probabilidade de se encontrar mais membros ativos (jovens dos 15 aos 25 anos) na população local (a principal fonte de composição dos plantéis dos clubes de futebol amadores) e conseqüentemente aumentar o seu desempenho desportivo, tal como defendido por Price e Sen (2003). Além disso, as instituições que promovam as práticas associativas e as organizações sem fins lucrativos devem ser promovidas. Aqui importa destacar o papel dos pais em relação aos filhos no que diz respeito à transmissão de interesse e incentivo nas práticas associativas. Referindo de novo Prouteau e Wolf (2002), as associações não lucrativas são compostas por um elevado número de jovens e a sua participação nestas associações deriva dos valores de cultura de participação associativa transmitidos pelos seus pais. Sendo assim e de acordo com Mourão (2011), locais fortemente caracterizados por uma cultura de prática associativa, têm uma maior probabilidade de presença de associações, que outros locais sem história de participação associativa. Deste modo, uma maior presença de instituições locais, neste caso clubes de futebol amador, contribui para o desenvolvimento da competitividade desportiva de um município. Este aumento de competitividade pode surgir, tal como referido por Breuer (2009), pelo aumento do número de dérbi disputados numa época desportiva e conseqüentemente maior número de jogos considerados de maior interesse e maior procura desportiva.

Os resultados aqui obtidos sugerem ainda a importância do rendimento *per capita* e da industrialização das áreas onde estão sedeados os clubes de futebol amador.

Embora estes clubes sejam qualificados pelo seu caráter amador (e deste modo os seus jogadores, treinadores ou membros da direção, obtenham os seus rendimentos principais de outras profissões), podem existir algumas contribuições financeiras, por parte de alguns clubes amadores, para os seus atletas (ajudas de deslocação ao campo de treino, prémios por golo marcado, ou uma contribuição por presença no treino por exemplo). Deste modo, os

clubes amadores de um determinado município sediados em localidades mais industrializadas, poderão conseguir melhores patrocínios junto da sua localidade e, conseqüentemente, maior poder financeiro que possibilite o recrutamento dos melhores jogadores da região.

Por outro lado, estes resultados desincentivam a influência de alguns fatores que, perante a literatura revista, se poderiam assumir significantes.

Em primeiro lugar, a variável “população residente num município” não exerce influência significativa no desempenho desportivo dos clubes de futebol amador. Apesar de facilmente se verificar que os municípios que têm maior densidade populacional são também aqueles que têm um maior número de clubes de futebol a jogar na DH da AFB, verificamos também que tal facto não significa necessariamente uma maior competitividade por parte dos clubes desses municípios. Na Tabela V pode-se constatar que o município de Braga é o 13º (penúltimo) município em termos de pontos por jogo, apesar de ser o segundo em termos de número de equipas que participaram na DH da AFB, ao longo das épocas 2000/01 e 2009/10. Tendo em conta que o nível de população envelhecida também não exerce nenhuma influência significativa sobre a competitividade dos clubes de futebol amadores, pode-se argumentar que para que os clubes de futebol amador sejam competitivos, precisam somente de estar sediados em municípios com elevada percentagem de pessoas consideradas ativas para a prática futebolística¹⁹, independentemente do tamanho da restante população. No entanto, pode-se também considerar que a população envelhecida, embora não tenha nenhuma preponderância direta, exerce uma influência indireta sobre a competitividade dos clubes de futebol amador, mais precisamente no que se refere à transmissão de uma cultura de participação cívica para a população mais jovem, tal como referido por Pouteau e Wolf (2002).

¹⁹ Os especialistas na análise da capacidade física e motora dos jogadores de futebol consideram que os jogadores estão na plenitude das suas forças entre os 18 e 28 anos, entrando a partir daí numa fase decrescente.

8- Conclusão

Este trabalho examinou os determinantes do desempenho desportivo dos clubes de futebol sem fins lucrativos da DH da AFB entre 2000 e 2010.

A literatura destaca algumas diferenças entre os determinantes do desempenho desportivo das equipas de futebol sem fins lucrativos (que jogam em campeonatos amadores) e as determinantes do desempenho desportivo das equipas de futebol mais competitivas (e mais dispendiosas) que costumam jogar na maioria das ligas profissionais. Esses determinantes podem ser as forças locais, mas também podem ser de natureza institucional.

Lugares caracterizados pela dinâmica das forças do mercado local, como o apoio de grupos sustentáveis e membros ativos (cultura de participação associativa), apresentam maior propensão para suportar o bom desenvolvimento das organizações não lucrativas.

A literatura revista também demonstrou que uma dinâmica institucional, como um ambiente caracterizado por um maior número de organizações sem fins lucrativos, em geral pode ser tão importante como os factores locais ao explicar a atividade e sustentabilidade das equipas de futebol sem fins lucrativos.

Para avaliar esses fatores construiu-se um modelo empírico. Usando estimações por efeitos fixos e o 3SLS (para um sistema mais robusto de equações simultâneas), obtiveram-se resultados relevantes e pioneiros relacionados com os clubes de futebol portugueses não lucrativos.

Concluiu-se que os clubes de futebol sem fins lucrativos que se situem em municípios com muitos clubes apresentam melhor desempenho desportivo.

Estes resultados também confirmaram que as forças de mercados locais relacionados com a composição demográfica e a presença num ambiente ativamente caracterizado pela presença de associações não lucrativas, aumenta o desempenho desportivo das equipas de futebol não lucrativas.

Estas conclusões têm consequências relevantes. Elas mostram que é necessário um conjunto de instituições locais para a promoção de um ambiente sustentável para o desenvolvimento das organizações sem fins lucrativos. Os resultados obtidos neste estudo também demonstram que as organizações sem fins lucrativos se devem concentrar nos mercados primários (locais) e na sua composição. Finalmente, estes resultados são pioneiros nos estudos

portugueses no campo da Economia do Desporto e da Economia das Instituições sem fins lucrativos, e abre uma linha interessante de pesquisa com grande potencial de desenvolvimento.

Estes resultados também sugerem alguns caminhos para pesquisas futuras. Em primeiro lugar, a amostra deste estudo será estendida de modo a incluir todas as ligas de futebol amador de Portugal. Em segundo lugar, pretende-se analisar a eficiência de cada clube, considerando os seus próprios recursos endógenos (e usando Análises Técnicas com Envolvimento de Dados – DEA – Data Envelopment Analyses). Finalmente, pretende-se aprofundar a análise da relação entre o desempenho desportivo dos clubes de futebol sem fins lucrativos e o número de clubes de futebol em cada município, discutindo se a relação positiva observada acontece principalmente devido ao jogo da concorrência e conseqüente aumento de competitividade, ou a recursos institucionais. Finalmente, tanto quanto as bases de dados portuguesas permitirem, pretende-se expandir o conjunto de variáveis para incluir *proxys* para a atividade cívica e para o capital social. Um último conjunto de desenvolvimentos analisa o grau de estímulo económico gerado por essas equipas sem fins lucrativos nas economias locais.

Bibliografia

- AHLFELDT, G. e A. FEDDERSEN (2009) “Geography of a Sports Metropolis”. *IASE. Conference Papers* 0802.
- ALLMERS, S. e W. MAENNIG (2008); “South Africa 2010 Economic Scope and Limits”. *Hamburg Contemporary Economic Discussions. Working Papers* 021.
- ARAÚJO, J. (2003) “A Governação Local e os Novos Desafios”. *Fórum de Gestão e Administração Pública*. Mirandela.
- ASSOCIAÇÃO DE FUTEBOL DE BRAGA (2003) [online] (17 Abril 2011) disponível em <http://www.zerozero.pt/>.
- ASSOCIAÇÃO DE FUTEBOL DE BRAGA (2011) *Comunicado oficial nº 1 - Regulamento de Normas da Associação de Futebol de Braga*.
- ASSOCIAÇÃO DE FUTEBOL DE BRAGA (2011) *Regulamento das provas oficiais da Associação de Futebol de Braga*.
- BESSON, E. (2008) “Accroître la Compétitivité des Clubs de Football Professionnel Français”. relatório de Novembro de 2008. disponível em <http://www.ladocumentationfrancaise.fr/rapports-publics/084000693/index.shtml>.
- BOGSON, P. (2000) “Public Policy and Local Governance”. Cheltenham: Edward Elgar.
- BOROZAN, D. (2008) “Regional Competitiveness: Some Conceptual Issues and Policy Implications”. *Interdisciplinary Management Research*. Vol.4, pp.50-63.
- BOURDIEU, P. (1977) *Outline of a Theory of Practice*. Cambridge: Cambridge University Press.
- BOURDIEU, P. (1991) *Language and Symbolic Power*. Cambridge MS: Harvard University. Press.
- BREUER, M. (2009) “The Demand for Football Tickets Depending on the Number of Clubs in a City – Empirical evidence from Germany”. *International Network for Economic Research. Working Papers*, 2009.5.
- CADIMA, R. e PINTO, B. (2011) “O Quadrilátero Urbano do Baixo Minho para a Competitividade e a Inovação”. *Principia Editora*. pp. 429-439.

- CARVALHO, P. e SEQUEIRA, T. (1999) “As Vantagens Competitivas das Cidades do Interior de Portugal”. *Sociedade e Território – Revista de Estudos Urbanos e Regionais*. nº 33, Lisboa.
- CHAVES, R. e MONZON J. (2001) “Economía Social y Sector No Lucrativo: Actualidad Científica y Perspectivas”. *CIRIEC-España, Revista de Economía Pública, Social y Cooperativa*. nº 37, abril 2001, pp. 7-33.
- CHRISTALLER, W. (1933); *Central Places in Southern Germany* (Baskin C. W., Trans.). Fischer, Jena.
- CHUDNOVSKY, D. e PORTA F. (1990) “ La Competitividad Internacional, Principales Cuestiones Conceptuales y Metodológicas”. *Documento de Trabajo. CENIT 3*, 1990.
- COATES, D. e HUMPHREYS, B. (2008) “Do Economists Reach a Conclusion on Subsidies for Sports Franchises, Stadiums, and Mega-Events?”. *International Association of Sports Economists. Working Papers 0818*.
- COELHO, R. e FIGUEIREDO L. (2007) “Uma Análise da Hipótese da Convergência para os Municípios Brasileiros”. *Revista Brasileira de Economia*. vol.61, nº3.
- COHEN, W.; LEVINTHAL, D. (1990) “Absorptive Capacity: A New Perspective On Learning and Innovation”. *Administrative Science Quarterly*. 35 (1): 128-152.
- CUNHA, L. (1997); “Espaço e o Desporto – Estudo de Acessibilidade ao Desporto na Sub-Região do Vale do Tejo – Constituição de um Modelo de Análise”. Dissertação de Doutoramento, Faculdade de Motricidade Humana.
- DEICHMANN, U. e LALL, S. (2010) “Infrastructure and City Competitiveness in India”. *World Institute for Development Economic Research*. nº 22.
- DINIS, A. (2004); “Marketing Territorial: Um Instrumento Necessário para a Competitividade das Regiões Rurais e Periféricas”. *III Jornadas Internacionais de Marketing Público e não Lucrativo*. UBI, 1-2 Abril de 2004.
- DOWNWARD, P. e DAWSON A. (1999); “The Demand for Professional Team Sports: Traditional Findings and New Developments”. Staffordshire University. *Business School, Working Paper 997*.

- DURAND, Y. (2005); “Haverá Coisas Eternas? Vila Verde, os Lenços de Namorados, a Tradição e a Inovação”. *Boletim Cultural de Vila Verde*”.
- FAGERBERG, J. (1996) “Technology and Competitiveness.” *Oxford Review of Economic Policy*, 12 (3), 39-51.
- FARINA, E. (1999) “Competitividade e Coordenação de Sistemas Agro-Industriais: Um Ensaio Conceitual”. *Revista Gestão & Produção*. Vol.6, n. 3.
- FERREIRA M. e SERRA F. (2010) “Competitividade Nacional, Conhecimento e Investimento Estrangeiro”. *globADVANTAGE*, no. 62.
- FORT, R, e QUIRK J. (1997) ‘Introducing a Competitive Economic Environment into Professional Sports’. in W. Hendricks ed., *Advances in the Economics of Sports* (Volume 2). Greenwich, CT: JAI Press.
- GARTNER, M. e POMMEREHENE, W. (1978) “Der Fussballzuschauer – ein Homo Oeconomicus?”. *Jahrbuch fur Sozial Wissenschaft*. 29; 88-107.
- HAGUENAUER, L. (1989) “Competitividade: Conceitos e Medidas. uma resenha da bibliografia recente com ênfase no caso brasileiro”. Textos para discussão nº211. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro/ Instituto de Economia Industrial.
- HALABI, A. e L. FROST (2007) “Measuring the Success of Country Football Clubs”. *Monash Economics. Working Papers* 16/07.
- HALICIOGLU, F. (2006) “The Impacts of Football Point Systems on the Competitive Balance: Evidence from Some European Football Leagues”. *Rivista di Diritto ed Economia dello Sport*. vol.2, pp.67-76.
- HEITZMANN, K. (2000) “The Role of Third Sector Organizations in Specific Policy Fields: Contrasting Nonprofit Theory and Empirical Findings – the Case of Austria”. Artigo preparado para a quarta conferência internacional da sociedade internacional de pesquisa para o terceiro setor: avaliação do impacto do terceiro setor. Dublin, Julho.
- HIRSCHMAN, A. (1958). “The Strategy of Economic Envelopment”. New Haven: Yale University Press.

- HOFFMAN, R., GING, L., RAMASAMY, B. e V. MATHESON (2003) “Comparing the Socio-Economic Determinants of Men’s and Women’s International Soccer Performance”. *Centre for Europe-Asia Business Research*. CEABUR Working Paper 1/2003.
- HOROWITZ, I. (1997) ‘The Increasing Competitive Balance in Major League Baseball’. *Review of Industrial Organization*. 12, 373-387.
- HURTADO, M., SANZ, A., e J. CANTUCHE (2007) “Evaluación del Impacto Económico y Social de la Celebración de Grandes Eventos Deportivos a Nivel Local: El Caso del Campeonato de Tenis Femenino de la ITF en Sevilla en 2006”. *Revista de Metodos Cuantitativos para la Economía y la Empresa*. vol.3. pp. 20–39.
- INE (2009) “Anuários Estatísticos da Região Norte”. Instituto Nacional de Estatística. I.P., Lisboa, Portugal.
- JOHNSON, B., GROOTHUIS, P. e WHITEHEAD J. (2001) “The Value of Public Goods Generated by a Major League Sports Team: the CVM Approach”. *Journal of Sports Economics*. 2; 1, 6-21.
- KOGUT, B. e ZANDER, U. (1993) “Knowledge of the Firm and Evolutionary Theory of the Multinational Corporation”. *Journal of International Business Studies*. Fourth quarter, 625-645.
- KRIEMADIS, T., e THEAKOU E. (2007) “Strategic Planning Models in Public and NonProfit Sports Organizations”. *Sport Management International Journal*. 3.2, 27-37
- KUPFER, D. (2002). *Economia Industrial: Fundamentos Teóricos e Práticos no Brasil*. Rio de Janeiro: Elsevier ed. Campus.
- LANE, P. e LUBATKIN, M. (1998) “Relative Absorptive Capacity and Interorganizational Learning”. *Strategic Management Journal*. 19 (5), 461-477.
- LEITÃO, F., PEREIRA, G., RAMOS, J. e SILVA, A. (2009) “*Colectividades de Cultura e Recreio – Uma Caracterização do Associativismo Confederado em Portugal*”. Lisboa, CPCCRD.
- LEONARD, J. M. (2005). “The Geography of Visitor Attendance at College Football Games”. *Journal of Sports Behavior*. 28(3),231-252.

- MAYERHOFER, P. (2005) "Structural Preconditions of City Competitiveness".
Some Empirical Results for European Cities. WIFO, Working paper
No. 260
- MAGALHÃES, A. OLIVEIRA DAS NEVES, A. e Relvas, S. (2001):
"Competitividade das Áreas Rurais: Uma Abordagem na
Perspectiva de Marketing". *1º Congresso de Estudos Rurais*.
UTAD, Vila Real, 16 a 18 de Setembro.
- MENDES, J. (1999) "Onde viver em Portugal – Uma análise da qualidade de
vida nas capitais de Distrito". Edição da Ordem dos Engenheiros –
Região Centro. Coimbra.
- MINNESOTA AMATEUR SOCCER LEAGUE (1999) [online] (30 Novembro
2011) disponível em <http://www.masl.org>
- MOURÃO, P. (2004) "As Disparidades Regionais em Portugal: Uma Sugestão
a Partir de Índices Sintéticos". *NIPE, Working Papers 2/2004*.
- MOURÃO, P. (2005) "A Importância do Desenvolvimento Regional na
Localização de Equipas de Futebol Profissionais. O Caso
Português 1970-1999.". *Revista Portuguesa de Estudos Regionais*.
vol.8, pp. 31-45.
- MOURÃO, P. e BARBOSA, J. (2009) "La Competitividad de Las Ciudades
Portuguesas. El Caso de Las Capitales de Distrito". *Revista de
Economia Institucional*. vol. II, nº21, pp. 205-223.
- MOURÃO, P. (2010) - "Regional Determinants of Competitiveness: The Case of
European Soccer Teams". *International Journal of Sport Finance*. 5,
3; 222-234
- MOURÃO, P. e J. COLONNA (2011) "Factores de Localización de Las
Cofradías Religiosas en Actividad: Una Investigación a Orillas del
Atlántico y del Pacífico". *Scripta Nova – revista de Geografía y
Ciencias Sociales*. Disponível em <http://www.ub.edu/geocrit/sn/sn-367.htm>.
- NADIRI, I. (1970) "Some Approaches to the Theory and Measurement of Total
Factor Productivity. A Survey". *Journal of Economic Literature*. 8: pg
1137-1177.
- NELSON, R. (ed.) (1993) "National Innovation Systems. A Comparative
Analysis". Oxford University Press, New York/Oxford.

- NOLL, R. e ZIMBALIST, A. (Eds.) (1997); "Sports, Jobs and Taxes: The Economic Impact of Sports Teams and Stadiums". Washington, DC: The Brookings Institution Press.
- NURKSE, R. (1953) "Problems of Capital Formation in Underdevelopment Countries". Oxford: Brasil Blackwell.
- OLDENBOOM, E.; GRATTON, C. e SOLBERG, H.. (2002); "The Economic Impact of Hosting UEFA EURO 2008 for the Nordic Countries". Copenhagen, Nordic Council of Ministers.
- OLIVEIRA, G. e LIMA J. (2003) "Elementos endógenos do desenvolvimento regional: considerações sobre o papel da sociedade local no processo de desenvolvimento sustentável". *Revista FAE*. vol.2, pp.29-37.
- OSMANAGIĆ, J. e PEJANOVIĆ M. (2006) "Institution for Local and Regional Development in Bosnia and Herzegovina". *ERSA. conference papers*, 67.
- PAULA G., VILLAVICENCIO J., e FERREIRA I. (2007) " O Ser Humano como Ente de Competitividade das Empresas". *Universidade Estácio de Sá*. Resende, RJ, Brasil.
- PADÍN, C. (2004) "*El Desarrollo Endógeno Local. Estudio de la Actividad Turística como Forma de Aprovechamiento de los Recursos: Aplicación al Caso del Baixo Miño*". Departamento de Economía Aplicada. Universidad de Vigo, Tese de doutoramento não publicada.
- PATEL, P. e PAVITT, K. (1994) "The Nature and Economic Importance of National Innovation Systems". *STI Review*. No. 14, OECD, Paris.
- PORTER, M. (1990) "The Competitive Advantage of Nations". Free Press, New York.
- PORTER, M. (2000) "Location, Competition and Economic Development: Local Clusters in a Global Economy". *Economic Development Quarterly*. 76, pp. 77-90.
- PRICE, D. e K. SEN (2003) "The Demand for Game Day Attendance in College Football: An Analysis of the 1997 Division 1-A Season". *Managerial and Decision Economics*. 24(1), pp. 35-46.

- PROUTEAU, L. e F. WOLFF (2002) “La Participation Associative au Regard des Temps Sociaux”. *Économie et statistique*. nº352-353, pp.57-80.
- RIBEIRO, J. e SANTOS J. (2005). "No Trilho de uma Política Regional". Universidade do Minho. NIPE, Working Papers 15.
- SCHEMEL, J. (1999); “Urbanismo y Ambiente”. iAkS, nº16.
- SCHMIDT, B., e BERRI D. (2001) ‘Competitive Balance and Attendance: The Case of Major League Baseball’. *Journal of Sports Economics*. 2, 145-167.
- SILVA, N.(2006); “A Cooperação das Câmaras Municipais nas Associações de Municípios: O Caso do Distrito de Braga”. Dissertação de Mestrado Universidade do Minho.
- SZYMANSKI e KESENNE S. (2004) “Competitive balance and gate revenue sharing in team sports”. *Journal of Industrial Economy*. 53, 165-177.
- TEECE, D. (1987) “Profiting from Technological Innovation: Implications for Integration, Collaboration, Licensing and Public Policy”. In D. Teece (ed.). *The competitive challenge-strategies for industrial innovation and renewal*. Ballinger, Cambridge, MA.
- THE CORK DECLARATION (1996) – “A Living Countryside”. European Conference on *Rural Development – Rural Europe: Future Perspectives*. Declaração dos participantes. Cork, Irlanda, 7-9 Novembro.
- VÁSQUEZ-BARQUERO., A. (1995) "Innovacion y Cualificacion de los Recursos Humanos en el Desarrollo Local". XXI Reunión de Estudios Regionales. Associação Espanhola de Ciência Regional, Vigo, 15-17 de Novembro.
- VAZA, M. (2010) “Portugal Ainda é Quase só Um País de Futebol”. *Jornal O Público*, 29/12/2010.
- WISEU, J. (2001) “Desporto: Um Estado Fora de Jogo. *Revista Economia Pura*. vol.33, pp.44-47.
- WISEU, J. ; CADIMA, J; PARENTE, F.; FERNANDES, H. e BRITO, M. (2002) “Planeamento e Desenvolvimento Desportivo Municipal: Linhas de Orientação para o Planeamento de Espaços Desportivos”. *Universidade do Minho: Núcleo de Investigação em políticas económicas*.

WEBSTER, D. e MULLER, L. (2000). "Urban Competitiveness Assessment in Developing Country Urban Regions: the Road Forward". Washington D. C.: The World Bank.

WOOLDRIDGE, J. (2002) "Econometric Analysis of Cross Section and Panel Data". Cambridge. MA, MIT Press.

Anexos

Anexo A1 | Resultados, discussões e comentários complementares

Tabela A1.I - Resultados (variável dependente: concentração de pontos no município no final de uma temporada regular)

Concentração de Pontos no Município (nº pontos por município/ somatório de pontos de todos os municípios.	I	II	III	IV	V	VI
Número de clubes do mesmo município a jogar no mesmo campeonato	0.025*** (0.002)	0.0267** * (0.002)	0.027*** (0.002)	0.028*** (0.002)	0.021*** (0.002)	0.021*** (0.002)
Volume de dinheiro depositado em bancos locais (euros)	1.300*** (2.550)	1.460*** (2.180)	1.340*** (2.060)	1.400*** (2.090)	3.080** (9.970)	1.870** (6.570)
População residente	- 0.001*** (0.001)	-0.001** (0.001)	-0.001* (0.001)	-0.001*** (3.800)	-3.110 (1.950)	
Número de pessoas desempregadas	-9.150** (2.940)	-9.320** (2.940)	-8.480** (2.920)	-6.200 (2.830)		
Número de homens	0.001** (0.001)	0.001* (0.001)	0.001 (0.001)			
População jovem (%)	1.866 (1.049)	0.708 (0.450)				
Nível de população envelhecida (%)	0.002 (0.001)					
Constante	0.111 (0.471)	0.607 (0.238)	0.765 (0.218)	0.898 (0.216)	0.189 (0.112)	0.009 (0.009)
Número de observações	96	96	96	96	123	123
Número de grupos	14	14	14	14	14	14
R2	0.3959	0.4063	0.4268	0.4555	0.3533	0.8119
Teste F	19.94	22.87	26.44	30.01	32.78	47.20

Nota: Os desvios padrão estão estimados entre parênteses

Nível de significância: 1%***; 5%**; 10%*

Tabela A1-II - Resultados (variável dependente: pontos médios por equipa por município no final de uma temporada regular)

Pontos médios por equipa por município (nº pontos do município / nº de equipas do município)	I	II	III	IV	V
População jovem (%)	2262.032* (792.460)	1712.533* ** 337.993	486.544* (173.765)	457.661** (151.423)	410.635** (141.059)
Número de clubes do mesmo município a jogar no mesmo campeonato	4.010 (2.140)	4.449 (2.056)	4.270* (1.617)	4.403* (1.564)	4.396* (1.562)
Volume de dinheiro depositado em bancos locais (euros)	0.001 (0.001)	0.001** (0.001)	0.001 (0.001)	0.001 (0.001)	0.001* (0.001)
Número de homens	0.118 (0.066)	0.107 (0.064)	0.008 (0.018)	0.002 (0.003)	

População residente	-0.056 (0.031)	-0.052 (0.030)	-0.003 (0.008)		
Número de pessoas desempregadas	-0.002 (0.002)	-0.002 (0.002)			
Nível de população envelhecida (%)	0.967 (1.260)				
Constante	-517.656 (355.746)	-282.107 (179.143)	-136.774 (98.115)	-131.853 (96.655)	-51.529 (25.277)
Número de observações	96	96	123	123	123
Número de grupos	14	14	14	14	14
R2	0.0658	0.0927	0.0831	0.0822	0.1124
Teste F	5.60	6.47	3.53	4.43	5.67

Nota: Os desvios padrão estão estimados entre parênteses

Nível de significância: 1%***; 5%**; 10%*

Tabela A1.III- Resultados (variável dependente: concentração de pontos médios por equipa do município no final de uma temporada regular)

Concentração de Pontos médios por equipa do Município (pontos médios por equipa do município / somatório de pontos de todos os municípios)	I	II	III
Volume de dinheiro depositado em bancos locais (euros)	7.870*** (1.920)	6.880*** (1.680)	8.390*** (1.520)
População jovem (%)	2.294** (0.791)	2.573*** (0.746)	1.279*** (0.336)
Número de pessoas desempregadas	- 7.780*** (2.210)	-7.330*** (2.170)	-7.320*** (2.210)
População residente	-0.001** (0.001)	-0.001*** (0.001)	-0.001** (0.001)
Número de homens	0.001** (0.001)	0.001*** (0.001)	0.001** (0.001)
Nível de população envelhecida (%)	0.001 (0.001)	0.002 (0.001)	
Número de clubes do mesmo município a jogar no mesmo campeonato	0.002 (0.002)		
Constante	-0.523 (0.355)	-0.650 (0.334)	-0.100 (0.178)
Número de observações	96	96	96
Número de grupos	14	14	14
R2	0.0024	0.0065	0.0150
Teste F	8.43	9.64	10.45

Nota: Os desvios padrão estão estimados entre parênteses

Nível de significância: 1%***; 5%**; 10%*

A1.1. Discussões e comentários

Os resultados das Tabelas A1. I, A1.II e A1.III confirmam a relação positiva entre o “número de equipas do mesmo município a jogar no campeonato” e a “concentração de pontos no município”. Estes resultados revelam apenas uma alteração significativa face aos resultados anteriormente

obtidos para a variável dependente "total de pontos", mais propriamente que a variável "montante de dinheiro depositado em bancos locais" é estatisticamente significativa a 5% tal como se verifica na coluna VI da Tabela A1.I. Desta forma surgem novas interpretações sobre a importância desta variável. Acreditamos que a razão pela qual a variável "volume de dinheiro depositado em bancos locais" é significativa prende-se com o facto de ser nos municípios com maior densidade populacional, que se verifica um maior número de depósitos nos bancos locais. E tal como verificado anteriormente, é nos municípios com maior densidade populacional que existem mais equipas a jogar na principal liga de futebol de Braga. Logo, conseqüentemente, os municípios que apresentam um maior volume de dinheiro depositado em bancos locais são também aqueles onde se regista uma maior acumulação de pontos. Pela mesma razão, isto é por ser nos municípios com maior densidade populacional que existem mais equipas a jogar na principal liga de futebol distrital de Braga, assume-se que esse seja o motivo pelo qual a variável "população residente" seja a variável que apresenta valores mais próximos (embora não significativos) das duas variáveis significativas desta estimação (número de clubes a jogar no mesmo município e volume de dinheiro depositado em agências locais).

Ao estimar a equação (1) com "os pontos médios por equipa por município" (Tabela A1.II) como variável dependente, mais uma vez concluímos que o número de equipas do mesmo município a jogar no mesmo campeonato tem um coeficiente estatisticamente significativo, desta vez a 10%. Tal como na estimação da equação (1) para a variável dependente "pontos por jogo", a percentagem de população jovem residente num município também apresenta um coeficiente estatisticamente significativo. Sendo assim, estes resultados corroboram os resultados anteriormente obtidos. A única alteração significativa prende-se com o facto de o montante de dinheiro depositado em bancos locais apresentar-se como variável estatisticamente significativa, tal como na estimação da equação (1) quando se usou como variável dependente a concentração de pontos no município. Tal facto pode significar que os motivos pelos quais esta variável se assume como significativa não se resumem à possível relação desta variável com o maior nível de população residente, com o maior número de equipas e com o conseqüente maior número de pontos. Como desta vez estamos a estimar a equação (1) com a variável dependente

pontos médios por município, o número de equipas presentes num município deixa de ter uma influência significativa nos resultados obtidos, pois o que interessa neste caso é a média de pontos obtidos pelas equipas. Pode-se então dizer, segundo estes resultados, que existe uma relação direta entre a variável “volume de dinheiro depositado em agências locais” que se assume como uma proxy da renda local e a competitividade desportiva dos municípios.

As alterações mais significativas face aos resultados anteriormente obtidos (Tabelas VI e VII) surgem quando estimamos a equação (1) com a variável dependente “concentração de pontos médios por equipa por município” (Tabela A1.III). Em primeiro lugar, verifica-se que a variável “número de equipas do mesmo município a jogar no campeonato” deixa de ser estatisticamente significativa. Este resultado é perfeitamente normal pelo facto de nesta estimação estimar-se a competitividade de cada clube dos municípios face ao total de pontos de todos os municípios e não a competitividades dos clubes num só município. Em segundo lugar, por estas mesmas razões, verificamos que as variáveis relacionadas com índices populacionais (a população jovem em termos percentuais, a população residente e o número de homens) são estatisticamente significativas, assim como o volume de dinheiro depositado em agências locais, que indiretamente também se relaciona com o nível da população (nos concelhos com maior população o volume de dinheiro depositado em agências locais é maior).

Anexo A.2. Classificações finais da Divisão de Honra da Associação de Futebol de Braga (pontos por época e pontos por jogo)

A2.1. Época 2000/01

Tabela A2.I - Total de pontos e pontos por jogo, por concelho, na época 2000/01

CLASSIFICAÇÃO	CONCELHOS	NºEQUIPAS	J	V	E	D	PONTOS	PONTOS p/j
1º	VIEIRA	1	30	17	6	7	57	1,900
2º	ESPOSENDE	2	60	30	13	17	103	1,717
3º	CELORICO DE BASTO	1	30	13	8	9	47	1,567
4º	VIZELA	1	30	11	11	8	44	1,467
5º	V.N.FAMALICÃO	2	60	23	18	19	87	1,450
6º	VILA VERDE	2	60	24	13	23	85	1,417
7º	BARCELOS	5	150	56	36	58	204	1,360
8º	FAFE	1	30	10	10	10	40	1,333
9º	BRAGA	6	182	66	43	73	241	1,324
10º	GUIMARÃES	9	272	89	75	108	342	1,257
11º	AMARES	1	30	11	4	15	37	1,233
12º	POVOA DE LANHOSO	1	30	8	9	13	33	1,100
13º	CABECEIRAS DE BASTO	0	0	0	0	0	0	0,000
14º	TERRAS DE BOURO	0	0	0	0	0	0	0,000

A2.2. Época 2001/02

Tabela A2.II - Total de pontos e pontos por jogo, por concelho, na época 2001/02

CLASSIFICAÇÃO	CONCELHOS	NºEQUIPAS	J	V	E	D	PONTOS	PONTOS p/j
1º	ESPOSENDE	2	62	36	6	20	114	1,839
2º	CABECEIRAS DE BASTO	1	30	17	5	8	56	1,867
3º	VIEIRA	1	30	16	6	8	54	1,800
4º	BARCELOS	4	120	60	20	40	200	1,667
5º	GUIMARÃES	5	150	67	36	47	237	1,580
6º	V.N.FAMALICÃO	3	92	37	16	39	127	1,380
7º	VIZELA	1	30	10	10	10	40	1,333
8º	VILA VERDE	3	90	29	23	38	110	1,222
9º	BRAGA	5	150	51	30	69	183	1,220
10º	FAFE	3	90	28	22	40	106	1,178
11º	CELORICO DE BASTO	2	60	19	14	27	71	1,183
12º	AMARES	1	30	8	5	17	29	0,967
13º	PONTE DE LIMA	1	30	5	5	20	20	0,667
14º	POVOA DE LANHOSO	0	0	0	0	0	0	0,000
15º	TERRAS DE BOURO	0	0	0	0	0	0	0,000

A2.3. Época 2002/03

Tabela A2.III - Total de pontos e pontos por jogo, por concelho, na época 2002/03

CLASSIFICAÇÃO	CONCELHOS	NºEQUIPAS	J	V	E	D	PONTOS	PONTOS p/j
2º	CABECEIRAS DE BASTO	2	62	31	14	17	107	1,726
3º	VIEIRA	1	30	14	6	10	48	1,600
1º	ESPOSENDE	3	90	34	27	29	129	1,433
13º	POVOA DE LANHOSO	1	30	12	6	12	42	1,400
9º	BRAGA	6	180	65	52	63	247	1,372
6º	V.N.FAMALICÃO	2	60	23	13	24	82	1,367
8º	VILA VERDE	2	60	22	16	22	82	1,367
11º	CELORICO DE BASTO	1	30	12	5	13	41	1,367
5º	GUIMARÃES	6	180	65	48	67	243	1,350
4º	BARCELOS	5	152	50	42	60	192	1,263
10º	FAFE	2	60	19	16	25	73	1,217
7º	VIZELA	1	30	7	11	12	32	1,067
12º	AMARES	0	0	0	0	0	0	0,000
14º	TERRAS DE BOURO	0	0	0	0	0	0	0,000

A2.4. Época 2003/04

Tabela A2.IV - Total de pontos e pontos por jogo, por concelho, na época 2003/04

CLASSIFICAÇÃO	CONCELHOS	NºEQUIPAS	J	V	E	D	PONTOS	PONTOS p/j
1º	VIEIRA	1	34	19	9	6	66	1,941
2º	TERRAS DE BOURO	1	34	20	6	8	66	1,941
3º	CELORICO DE BASTO	1	34	16	7	11	55	1,618
4º	ESPOSENDE	3	102	42	26	34	152	1,490
5º	POVOA DE LANHOSO	1	34	13	11	10	50	1,471
6º	GUIMARÃES	10	341	135	81	125	486	1,425
7º	BRAGA	7	239	91	52	96	325	1,360
8º	FAFE	1	34	13	6	15	45	1,324
9º	V.N.FAMALICÃO	2	68	22	23	23	89	1,309
10º	BARCELOS	3	102	35	21	46	126	1,235
11º	VILA VERDE	4	136	42	33	61	159	1,169
12º	CABECEIRAS DE BASTO	2	68	19	14	32	71	1,044
14º	VIZELA	0	0	0	0	0	0	0,000
15º	AMARES	0	0	0	0	0	0	0,000

A2.5. Época 2004/05

Tabela A2.V - Total de pontos e pontos por jogo, por concelho, na época 2004/05

CLASSIFICAÇÃO	CONCELHOS	NºEQUIPAS	J	V	E	D	PONTOS	PONTOS p/j
1º	AMARES	1	30	21	5	4	68	2,267
2º	CELORICO DE BASTO	1	30	16	3	11	51	1,700
3º	FAFE	2	60	29	13	18	100	1,667
4º	VILA VERDE	2	60	27	11	22	92	1,533
5º	VIEIRA	1	30	13	5	12	44	1,467
6º	CABECEIRAS DE BASTO	1	30	12	7	11	43	1,433
7º	GUIMARÃES	8	240	99	47	94	344	1,433
8º	ESPOSENDE	3	90	34	20	36	122	1,356
9º	VIZELA	1	30	11	7	12	40	1,333
10º	BARCELOS	3	90	32	23	35	119	1,322
11º	POVOA DE LANHOSO	1	30	11	6	13	39	1,300
12º	V.N.FAMALICÃO	3	90	28	22	40	106	1,178
14º	BRAGA	5	150	47	31	72	172	1,147
15º	TERRAS DE BOURO	0	0	0	0	0	0	0,000

A2.6. Época 2005/06

Tabela A2.VI - Total de pontos e pontos por jogo, por concelho, na época 2005/06

CLASSIFICAÇÃO	CONCELHOS	NºEQUIPAS	J	V	E	D	PONTOS	PONTOS p/j
1º	VIEIRA	1	32	24	5	3	77	2,406
2º	ESPOSENDE	2	62	29	20	13	107	1,726
3º	V.N.FAMALICÃO	1	30	14	8	8	50	1,667
4º	VIZELA	1	30	14	8	8	50	1,667
5º	GUIMARÃES	7	210	79	56	75	293	1,395
6º	BARCELOS	4	120	45	24	51	159	1,325
7º	POVOA DE LANHOSO	1	30	9	12	9	39	1,300
8º	VILA VERDE	5	150	50	44	56	194	1,293
9º	CABECEIRAS DE BASTO	1	30	8	13	9	37	1,233
10º	BRAGA	4	120	37	36	47	147	1,225
11º	CELORICO DE BASTO	2	60	19	11	30	68	1,133
12º	FAFE	3	90	20	31	39	91	1,011
14º	AMARES	0	0	0	0	0	0	0,000
15º	TERRAS DE BOURO	0	0	0	0	0	0	0,000

A2.7. Época 2006/07

Tabela A2.VII - Total de pontos e pontos por jogo, por concelho, na época 2006/07

CLASSIFICAÇÃO	CONCELHOS	NºEQUIPAS	J	V	E	D	PONTOS	PONTOS p/j
1º	VIZELA	1	30	17	7	6	58	1,933
2º	VILA VERDE	2	60	34	14	12	116	1,933
3º	ESPOSENDE	4	120	53	30	37	189	1,575
4º	GUIMARÃES	6	180	80	38	62	278	1,544
5º	V.N.FAMALICÃO	2	60	24	16	20	88	1,467
6º	TERRAS DE BOURO	1	30	12	7	11	43	1,433
7º	FAFE	3	90	32	24	34	120	1,333
8º	BARCELOS	4	120	43	23	54	152	1,267
9º	POVOA DE LANHOSO	1	30	8	13	9	37	1,233
10º	AMARES	1	30	8	10	12	34	1,133
11º	BRAGA	5	150	37	38	75	149	0,993
12º	CELORICO DE BASTO	1	30	6	11	13	29	0,967
13º	CABECEIRAS DE BASTO	1	30	7	5	18	26	0,867
14º	VIEIRA	0	0	0	0	0	0	0,000

A2.8. Época 2007/08

Tabela A2.VIII- Total de pontos e pontos por jogo, por concelho, na época 2007/08

CLASSIFICAÇÃO	CONCELHOS	NºEQUIPAS	J	V	E	D	PONTOS	PONTOS p/j
1º	BARCELOS	2	60	26	20	14	98	1,633
2º	VILA VERDE	2	60	28	11	21	95	1,583
3º	ESPOSENDE	3	90	39	25	26	142	1,578
4º	GUIMARÃES	3	90	32	25	33	121	1,344
5º	BRAGA	1	30	10	10	10	40	1,333
6º	VIZELA	2	60	18	19	23	73	1,217
7º	FAFE	1	30	9	9	12	36	1,200
8º	V.N.FAMALICÃO	1	30	7	6	17	27	0,900
9º	CABECEIRAS DE BASTO	1	30	4	9	17	21	0,700
10º	VIEIRA	0	0	0	0	0	0	0,000
11º	CELORICO DE BASTO	0	0	0	0	0	0	0,000
12º	AMARES	0	0	0	0	0	0	0,000
13º	POVOA DE LANHOSO	0	0	0	0	0	0	0,000
14º	TERRAS DE BOURO	0	0	0	0	0	0	0,000

A2.9. Época 2008/09

Tabela A2.IX - Total de pontos e pontos por jogo, por concelho, na época 2008/09

CLASSIFICAÇÃO	CONCELHOS	NºEQUIPAS	J	V	E	D	PONTOS	PONTOS p/j
1º	V.N.FAMALICÃO	1	30	20	7	3	67	2,233
2º	BARCELOS	2	60	36	16	8	124	2,067
3º	POVOA DE LANHOSO	1	30	15	4	11	49	1,633
4º	VIZELA	1	30	13	7	10	46	1,533
5º	GUIMARÃES	3	90	40	16	34	136	1,511
6º	FAFE	2	60	23	13	24	82	1,367
7º	ESPOSENDE	2	60	19	12	29	69	1,150
8º	BRAGA	2	60	15	13	32	58	0,967
9º	VILA VERDE	2	60	9	12	39	39	0,650
10º	CABECEIRAS DE BASTO	0	0	0	0	0	0	0,000
11º	VIEIRA	0	0	0	0	0	0	0,000
12º	CELORICO DE BASTO	0	0	0	0	0	0	0,000
14º	AMARES	0	0	0	0	0	0	0,000
15º	TERRAS DE BOURO	0	0	0	0	0	0	0,000

A2.10. Época 2009/10

Tabela A2.X- Total de pontos e pontos por jogo, por concelho, na época 2009/10

CLASSIFICAÇÃO	CONCELHOS	NºEQUIPAS	J	V	E	D	PONTOS	PONTOS p/j
1º	GUIMARÃES	3	90	45	21	24	156	1,733
2º	BARCELOS	1	30	13	10	7	49	1,633
3º	ESPOSENDE	2	60	27	15	18	96	1,600
4º	VILA VERDE	2	60	25	15	20	90	1,500
5º	POVOA DE LANHOSO	1	30	10	14	6	44	1,467
6º	V.N.FAMALICÃO	1	30	10	9	11	39	1,300
7º	VIZELA	1	30	10	8	12	38	1,267
8º	BRAGA	1	30	10	8	12	38	1,267
9º	FAFE	3	90	29	19	42	106	1,178
10º	CABECEIRAS DE BASTO	1	30	0	3	27	3	0,100
11º	VIEIRA	0	0	0	0	0	0	0,000
12º	CELORICO DE BASTO	0	0	0	0	0	0	0,000
14º	AMARES	0	0	0	0	0	0	0,000
15º	TERRAS DE BOURO	0	0	0	0	0	0	0,000

Anexo A.3. Classificações finais da Divisão de Honra da Associação de Futebol de Braga (total de pontos por concelho)

A3.1. Época 2000/01-2009/10

Tabela A3.I - Total de pontos por concelho entre as épocas 2000/01 e 2009/10

CONCELHOS	NºEQUIPAS	J	V	E	D	PONTOS
GUIMARÃES	17	1842	731	443	662	2636
BRAGA	14	1291	429	313	549	1600
BARCELOS	8	1004	396	235	373	1423
ESPOSENDE	6	796	343	194	259	1223
VILA VERDE	6	796	290	192	314	1062
FAFE	4	634	212	163	259	799
V.N.FAMALICÃO	8	550	208	140	202	764
VIZELA	2	300	111	88	101	421
CELORICO DE BASTO	2	308	106	66	136	384
VIEIRA	1	186	103	37	46	346
CABECEIRAS DE BASTO	2	276	93	66	117	341
POVOA DE LANHOSO	1	244	86	75	83	333
AMARES	3	120	48	24	48	168
TERRAS DE BOURO	1	64	32	13	19	109